



# NÔ PINTCHA

\* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO \*

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFOS: 3713/3726/3728

BISSAU



**CAMARADAS:**

Eu jurei a mim mesmo nunca ninguém me mobilizou, trabalhar para o meu povo, eu jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como homem, até ao dia em

que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da Humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo. Este é que é o meu trabalho.

## AMILCAR CABRAL NA NOSSA TERRA LIVRE

O camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, dirigiu ao nosso povo da Guiné e Cabo Verde a seguinte mensagem pela ocasião da trasladação dos restos mortais do camarada AMILCAR CABRAL.

Camaradas militantes do PAIGC; camaradas simpatizantes; amigos e povo de Bissau. Hoje dia dois de Setembro, pelas 15h e 30min. chegaram a Bissau, e serão recebidos carinhosamente por todos militantes, todos os homens dignos das nossas terras, os restos mortais daquele que foi o melhor filho da Guiné e Cabo Verde, o melhor combatente do nosso Partido Amílcar Lopes Cabral, Militante Número Um do PAIGC e fundador das nacionalidades guineense e caboverdiana.

(CONTINUA NA PÁGINA 8)

### HOMENAGEM NACIONAL AO FUNDADOR E MILITANTE NÚMERO UM DO PAIGC

Por ocasião da chegada a Bissau dos restos mortais do camarada Amílcar Cabral o Conselho Superior da Luta do PAIGC distribuiu o seguinte comunicado:

No próximo dia dois de Setembro chegarão a Bissau os restos mortais do nosso querido e imortal líder camarada Amílcar Cabral, primeiro Secretário-Geral, Militante Número Um do nosso Partido e fundador da Nacionalidade.

A urna contendo os restos mortais do camarada Amílcar Cabral estará exposta em câmara ardente no Palácio da República. Nessa ocasião e para permitir ao nosso povo prestar a devida homenagem ao nosso saudoso líder, o CSL decide que haverá tolerância de ponto nos dias dois e três de Setembro. No dia quatro de Setembro os restos mortais do Militante Número Um do nosso Partido serão transferidos para o mausoléu provisório da Amura.

### JAAC presente!

A juventude de Bissau deve estar presente, em nome de toda a juventude da Guiné e Cabo Verde, para prestar homenagem militante àquele de quem juramos ser os continuadores fiéis e intransigentes.

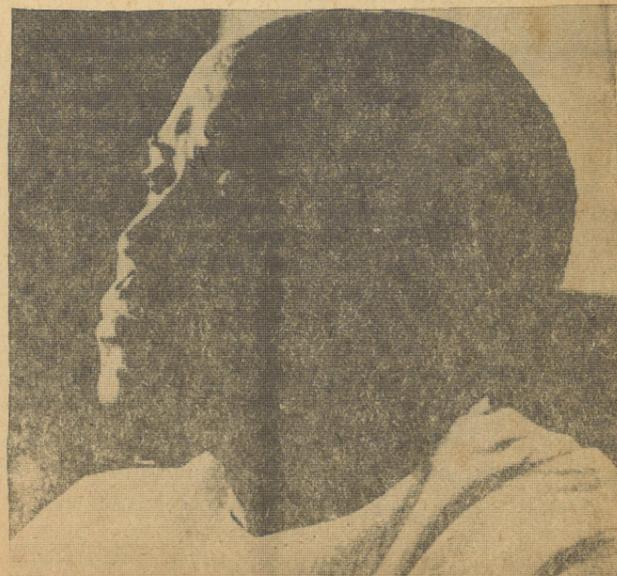
## CAMARADA ARISTIDES PEREIRA ★ RELATORIO-GERAL AO CSL UNIDADE GUINÉ-CABO VERDE

Conquistada a independência dos nossos dois países, é agora ainda mais evidente a vocação supranacional do nosso Partido. A coordenação de esforços dos nossos estados soberanos nas imensas tarefas da Reconstrução Nacional em dois países, constituiu um dos principais centros de atenção dos dirigentes do PAIGC durante as sessões da última reunião do C.S.L.

O imperativo histórico da Unidade Guiné-Cabo Verde, princípio básico e um dos principais esteios da nossa gloriosa luta de libertação nacional na Guiné e Cabo Verde, suscita agora — face à existência dos nossos dois estados soberanos — novas questões ao nível da organização das estruturas do Partido e da própria prática ideológica.

A caracterização da situação política, económica e social, a situação dos combatentes da luta de libertação nacional e a Unidade Guiné-Cabo Verde, são os três grandes capítulos que integram a 2.ª parte do relatório apresentado pelo camarada Aristides Pereira ao CSL, cuja publicação prosseguimos neste número.

★ Na nossa última edição anunciávamos a publicação do relatório do camarada Aristides Pereira na íntegra. Razões de ordem técnica obrigam-nos a proceder à sua publicação em partes, razão porque deveria estar escrito «edição parcial» no local onde se lia «edição integral». Do lapso pedimos desculpa aos nossos leitores.





## Os Armazens do Povo pretendem montar novo supermercado para resolver problemas de venda

Os Armazéns do Povo pretendem montar um novo supermercado na capital. Já existem contactos com a firma portuguesa Armetal, em Setembro chegam dois técnicos de Lisboa para resolver os problemas de instalação. Talvez possa ser usada a sede da antiga Nosoco, firma agora fechada ao lado da Primeira Esquadra de Polícia. Em prédio grande, com espaço disponível. Será o primeiro grande projecto dos Armazéns do Povo para tentar resolver o problema da falta de mercadorias. Mas enquanto isso as dificuldades devem continuar: os armazéns da Avenida Amílcar Cabral terão as mesmas prateleiras, constantemente vazias.

E os responsáveis dos Armazéns acham que é impossível controlar. Francisco Coutinho, director-geral justifica porque o cartão de compras não é usado no supermercado do centro a exemplo do que ocorre nos bairros:

— Um supermercado é de compra livre. Devido à nossa situação e à falta de mercadorias precisamos fazer um controle nas vendas em grande quantidade. Há pessoas que compram mais do que necessitam com medo que os produtos venham a faltar. Por isso estamos estudando, com firmas portuguesas, formas de venda para impedir a falta constante de mercadorias. No momento podemos fazer pouco. — O armazém importa mercadorias para três e quatro meses e, no fim do primeiro mês já não há mais nada. Com o novo supermercado e a vinda dos barcos de 24 em 24 dias isso poderá ser resolvido. As pessoas não terão mais dificuldades em encontrar o que precisam: vamos vender roupa, peixe, carne, fruta. Será estabelecida uma lista de prioridade para os artigos de primeira necessidade e também para os supérfluos.

### CONTRÔLE NOS BAIRROS

Actualmente muitos países em crise financeira enfrentam dificuldades na obtenção de produtos. Isso não acontece apenas na Guiné-Bissau. Mas nos outros países apesar do supermercado vender tudo, as vendas dos produtos são controladas. Por exemplo, em Portugal existe falta de leite, manteiga e derivados. Em qualquer estabelecimento comercial é proibido vender mais do que um litro de leite por pessoa. Os grandes supermercados fazem o mesmo. Existe falta, essa medida é necessária.

Em Bissau esse problema é mais generalizado. A compra de produtos em grandes quantidades não acontece apenas nos Armazéns do Povo. Muita gente fica sempre prejudicada. Um cooperante estrangeiro, conta uma cena a que assistiu. Foi à padaria comprar pão, mas

voltou sem nada. A pessoa que estava na frente comprou 300 pães. Não sobrou nenhum para ele.

Muitas vezes as pessoas compram grandes quantidades para revender mais caro. Um pão custa 5 pesos numa padaria, mas no mercado de Bandim o mesmo pão com manteiga, é vendido por 10 pesos. Constitui uma actividade lucrativa. Quando o pão acaba na padaria existe um público certo para esses pequenos comerciantes.

Até agora o controle só foi resolvido nos bairros. Só os moradores que possuem cartões de racionamento podem adquirir gêneros de primeira necessidade. Esse método começou a ser empregado há mais de um ano. Deu resultados positivos. São livretes assinados pelo Presidente dos Comités de Bairro, com o nome do chefe da família, a discriminação do número de dependentes, número da casa e da zona.

As compras são feitas de acordo com o cálculo de cartões e o número de pessoas incluídas. A partir dessa média, os responsáveis do bairro limitam a quantidade que pode ser vendida a cada morador. No entanto, apesar desse método, a população, de um modo geral, recorre ao armazém do centro. Nos bairros falta muita coisa e por isso todos vão ao centro procurar o que necessitam.

Esse processo, porém é defendido por muitas pessoas. Quinta Djaló mora em Belém. Ela concorda com a prática dos cartões de racionamento: «Antes de haver cartões, as pessoas saíam dos seus bairros e vinham comprar arroz no nosso armazém. As vezes ficávamos sem mercadorias e, é claro, tínhamos que ir comprar em outro local. Felizmente isso acabou. Cada pessoa compra os artigos no seu próprio bairro. Em Belém o controle é rigoroso. Ninguém compra sem livrete. Agora acabou a confusão».

### VENDA DE CARTÕES

Todos os bairros da capital foram obrigados a utilizar esse método. Em alguns foi difícil,

os moradores não aceitaram. Em Mindará, por exemplo, foram fabricados dois mil cartões. Só foram distribuídos 600. Cada um custa 30 pesos e o presidente do Comité Teófilo Gomes Correia, acha que está de acordo com a renda familiar dos moradores:

— Não é caro. Muitas pessoas não compram, talvez por vício, por querer fazer as coisas enquanto não forem obrigadas. Se há alguma coisa nas tabernas, ninguém se lembra de comprar cartões, mesmo que nas mercearias o preço seja mais elevado.

O preço dos cartões varia. Em alguns bairros custa 40 pesos, em outros, 60 pesos. É estipulado de acordo com o poder aquisitivo da maioria das famílias. Mas enquanto os Armazéns não tiverem os produtos necessários o problema não poderá ser resolvido. Será necessário ir ao Armazém central e sair carregado de mercadorias.

Mário Mendes mora no centro da cidade. Acha que as pessoas dessa área deveriam comprar só no Armazém situado na Antiga Cooperativa dos Funcionários Públicos e sujeitas também ao racionamento: «No supermercado as compras devem ser feitas sem cartão, para toda a população de Bissau. Mas só com um controle rigoroso, porque no supermercado há mais coisas que nos armazéns dos bairros».

Apesar do descontentamento de muita gente, os métodos usados para a venda ao público no supermercado não vão mudar. O director-geral dos Armazéns garante que os pequenos comerciantes não compram nada na loja central, os produtos desaparecem porque as pessoas guardam em casa grandes quantidades: «Os comerciantes têm um local especializado para comprar. Os preços são mais baixos e podem ter lucros, sem especular. Se comprarem nas lojas são obrigados a fixar um preço consideravelmente mais elevado».

## DOS LEITORES

### Um pedido de investigação

O «aventuramento» levou-me ao conhecimento de muitos problemas a que classifico de muito importantes e por isso penso que além destes há ainda muitos a desvendar. Muitos problemas não chegaram ao conhecimento das autoridades locais.

Na região de Bissau, sector de Prábis, uma das secções desse sector de (Suro), foi vendido por um colonialista a um fulano que é um dos elementos do povo desta secção, por 90 mil pesos. Por este motivo eles só podem cultivar uma extensão considerável de terreno se tal fulano «bom» os consentir. O melhor é investigar este caso porque ai daquele povo.

Também espero que os fiscais não descuidem muito com estes vendedores ambulantes. Estão a exagerar os preços. Tecidos que compram na República do Senegal ou na República da Gâmbia por 100 pesos, ou menos, chegam à Guiné-Bissau a 500 pesos. Os alfaiates também estão a exagerar. Agora só para custurar umas calças pedem 200 pesos. Acho que os dois estão a combinar para explorarem no máximo o nosso povo, visto, agora a maioria dos alfaiates também serem senegaleses ou gambianos.

Por agora podem considerar-me um desconhecido. Vou continuar a mandar cartas deste género, à medida que vou descobrindo «problemas».

PEDRO CASSAMÁ

Só nos bairros as pessoas deixaram de brigar por um pacote de leite. Tudo é controlado. Quem não tiver cartão não compra: a venda dos produtos de primeira necessidade é rigorosa. No supermercado do centro isso não existe. Os produtos chegam e alguns dias depois já esgotaram. O movimento é permanente, e todos os dias as pessoas saem com grandes quantidades de mercadorias. É sempre assim. Todos fazem o seu «stock» para garantir a alimentação na época em que tudo desaparece da cidade.

António Soares é um cliente normal do supermercado. Saiu apressado, levava uma caixa de pasta dentífrica. Continha 24 tubos: Estava contente: «Não é para revender, não sou comerciante. Quero armazenar em casa porque essas coisas têm faltado. Já não penso nos outros. Muitas vezes quis comprar produtos que não encontrei. Agora, penso que cada pessoa deve comprar os seus artigos e guardar, se tiver dinheiro».

Coisas como estas acontecem todos os dias com muitos produtos. Leite condensado, frutas, sumo de ananás. Uma minoria de pessoas que têm o tempo livre espera os novos produtos. Ninguém controla a sua saída. Os funcionários do armazém não possuem ordens para impedir os clientes de saírem com grandes quantidades.

## RESPONDE O POVO

### Futebol-1

A mudança constante de jogadores, de uma equipa para outra, por si só já cria uma série de problemas ao desenvolvimento do futebol nacional. Depois de todo um ano de esforço para melhorar o nível, no fim do campeonato, as equipas terminam ficando sem os seus principais jogadores, que se transferem para outras em busca de ganhos maiores. E é preciso começar de novo a preparação, muitas vezes já na época de participar em competições internacionais. Essa concorrência entre as equipas, típica do futebol profissional das sociedades capitalistas, agrava-se quando os jogadores de maior destaque já não se contentam com o quadro desportivo do País. E transferem-se para o estrangeiro atraídos por propostas vantajosas, negando-se dessa forma, a participar nas soluções dos problemas do desenvolvimento do desporto na sua própria terra. Três pessoas dão a sua opinião sobre essas dificuldades impostas ao futebol na Guiné-Bissau.

**Augusto Fernandes, 22 anos, professor eventual do Círculo Preparatório Salvador Aliende:** O nosso desporto está a nascer. Portanto precisa ser amparado, principalmente pelos indivíduos que já ganharam uma certa experiência nisso. Julgo

errado que um jogador nosso, no caso concreto do futebol, abandone o País para ir conquistar posição no campo futebolístico de outro país. Concordo sim, que um jovem saia para ir estudar, jogando para financiar melhor os seus estudos. Caso contrário, é uma atitude condenável. Nós temos necessidade de conservar os nossos jogadores, para podermos ter elementos bons para as competições internacionais. Concordo com o desporto como complemento de outras actividades, e como garantia de boa saúde para quem o pratica. Mas o desporto, como profissão, não nos interessa. Quantas pessoas

já se arrenhenderam de ter dedicado a sua vida só a jogar futebol. Isto acontece principalmente nos países capitalistas».

**Augusto Baticá Ferreira, 22 anos, estudante:**

Acho que qualquer pessoa deve ter a liberdade de fazer o que quer, de ir a onde quiser, desde que não afecte os outros. Mas não estou de acordo que se deixe os nossos jogadores irem para o estrangeiro só com a intenção de ganhar muito dinheiro no futebol, ou praticando outras modalidades desportivas. Esta atitude prejudica o nosso desporto, porque esses que saem, são os que atingiram melhor preparo. Como é o caso de Domingos Cá.

Não vejo razão desta saída. Quase todos fazem isso sem conhecer os problemas a sério. Através de uma campanha de esclarecimentos, claro e realista, da nossa situação, tenho a certeza que aqueles conscientes não abandonarão o nosso desporto por mais dificuldades que sintam na sua prática aqui. Sentirão esperanças numa melhoria de situação que só se conseguirá com o esforço de todos».

**Eugénio Fernandes, 19 anos, estudante e jogador do Ténis Clube:** «Eu estou contra esses indivíduos que vão buscar o profissionalismo no desporto noutros países. Nesse caso concreto, gostaria que o Estado não

permitisse a saída daqueles jogadores que já atingiram o nível da Seleção Nacional ou que já fazem parte dela. Se continuarmos a deixar sair jogadores com categoria, chegará uma altura que não teremos homens em condições para representar o País nas competições internacionais, como é o caso do segundo torneio para a Taça Amílcar Cabral que começa breve. O que leva estes jogadores a sair é a ambição de ganhar 30 contos mensais. Porque, se é ambição de serem muito conhecidos, aqui representando a Guiné-Bissau em jogos internacionais, teriam muito mais oportunidades».

## Agricultura na ilha do Fogo

## O projecto de Monte Genebra

Na Ilha do Fogo, estão em curso trabalhos agrícolas de certa envergadura que, uma vez concluídos, terão repercussões muito vantajosas não só no desenvolvimento dessa Ilha como no conjunto da economia nacional.

Trata-se do Projecto de Monte Genebra — adaptação de vastos terrenos desse Monte a regadio com aproveitamento da água de Nossa Senhora do Socorro.

Sobre o andamento dos trabalhos, falou o camarada João Rosário, técnico da Direcção Regional da Agricultura e responsável pelo Projecto de Monte Genebra.

— Sabendo que está em plena realização o projecto de Monte Genebra gostaríamos que o camarada João Rosário nos dissesse algo sobre o mesmo. Como nasceu a ideia e quais foram os primeiros passos para a consecução da obra?

— Esta ideia nasceu com o início do trabalho da captação da água de N.ª Senhora do Socorro por volta de 1970/71.

Nessa altura o responsável da Agricultura na ilha fez uma proposta à sede, na Praia, para que mandassem fazer um estudo acerca das possibilidades de adaptação do terreno a regadio nessa zona.

Fizeram-se alguns estudos que foram aprovados mas nunca executados.

Com a implantação do Partido em Cabo Verde e, particularmente na ilha do Fogo, depois do 25 de Abril, e com a decisão peremptória do camarada JJ e do camarada Chico Barbosa, no aspecto da reconversão do «apoio» — porque, como sabemos, depois de 25 de Abril os trabalhadores aqui deram-se ao luxo de só trabalharem uma hora por dia recebendo o salário de oito horas de trabalho — deslocamo-nos a zona do Monte Genebra, fizemos o seu reconhecimento e resolvemos dar início a esse trabalho de adaptação do terreno a regadio.

Dentro das nossas possibilidades só podíamos trabalhar tal vez cerca de três hectares de terreno.

Esse trabalho teve o seu início no dia 2 de Junho de 1975 e depois com a extinção do «apoio» parou por algum tempo.

Nessa altura já começámos a exigir dos trabalhadores oito horas por dia, dando-lhes além do vencimento que tinham, um suplemento «P.A.M.» que totaliza à volta de 20\$00, perfazendo um salário de 50\$00 por dia.

Com a vinda do projecto alemão, em Fevereiro, demos início ao trabalho de Genebra já com uma dimensão muito mais ampla e, então, conseguimos durante as duas primeiras quinzenas meter ali dentro cerca de trezentos trabalhadores que começaram a dar um rendimento fabuloso, rendimento esse que veio a ser completado com mais trezentas pessoas, perfazendo um total de seis centas e já temos cerca de 10 a 12 hectares de terrenos preparados.

— Camarada J.R. poderá dizer-nos quais as implicações que a obra poderá ter no contexto económico da ilha e quais as suas vantagens para a respectiva população?

— Essa obra tem grandes repercussões para o desenvolvimento económico da ilha porque conforme nós sabemos a ilha do Fogo, até aqui, nunca teve tradição de regadio. É a primeira vez que estamos a adaptar um terreno a regadio na ilha do Fogo. Além disso, essa obra, dada a sua dimensão, a sua produção não vai fi-

car só na ilha do Fogo. Tem de ser exportada. Também pela sua dimensão, nós pensamos ter ali uma centena ou duas de pessoas a trabalharem em regime de cooperativa o que virá beneficiá-las grandemente. Conforme sabemos a nossa população não está habituada a verdes e com esse regadio nós vamos dar-lhe a possibilidade de ter verdes durante todo o ano para a sua dieta alimentar diária.

— Um outro ponto que queremos que o camarada J. R. abordasse é o rendimento do pessoal trabalhador e o esquema adoptado na orgânica dos serviços.

— Acerca do rendimento do pessoal trabalhador posso dizer que ele é óptimo porque, se fizermos uma comparação com o rendimento no tempo do «apoio», chegaremos à conclusão de que o pessoal tem estado agora a trabalhar a cem por cento.

Estes trabalhadores sabem realmente porque é que estão a fazer esse trabalho, porque é que devem dar o máximo do seu esforço. Sabem eles que nós só temos possibilidades de fazermos um trabalho dessa envergadura com o auxílio de estrangeiros e que temos de fazer um esforço para aproveitar da melhor maneira possível esse auxílio. Por isso é que eles estão a dar um trabalho a cem por cento.

Quanto ao esquema adoptado nesses serviços, posso dizer que tenho grupos divididos em centenas, distribuídos a seis capatazes e dentro desses grupos tenho os sub-grupos que por sua vez estão divididos em mini-grupos que são constituídos mesmo por trabalhadores. Quer dizer ali não existe aquele esquema antigo de capatazes, mas sim só os capatazes agrícolas realmente. O trabalho é totalmente controlado pelo próprio trabalhador. Eles é que realmente vêm quando é que o camarada ao lado não está a dar um rendimento suficiente e são idóneos para chamarem a atenção do capataz agrícola e em colaboração com todos os outros dizer em público que esse camarada não está a trabalhar e que não deve ganhar realmente esse dia e, se assim for comprovado, ele não recebe o salário proveniente desse dia de trabalho.

— Constatou-nos que o salário atribuído é igual tanto para o elemento masculino como para o feminino e que o pagamento é totalmente feito em géneros.

Dada a originalidade do sistema poderá dizer-nos como decorrem as relações entre os trabalhadores e qual a aceitação do citado sistema?

— O salário que nós praticamos nos trabalhos de adaptação dos terrenos a regadio em Monte Genebra é igual tanto para o elemento masculino como para o feminino, pois o trabalho que eles fazem é igual.

Tanto uma mulher pode pegar numa enxada ou numa pá assim como o homem também

pode pegar numa enxada ou numa pá. Pode pegar numa pádiola como num «batilon» que a mulher faz também o mesmo trabalho.

No tocante ao pagamento ele é feito totalmente em géneros. Nós distribuímos uma ração diária que é a base de 2kg de arroz, 200g de leite e 200g de óleo.

Entretanto, antes de praticarmos esse sistema de trabalho, conforme é o nosso princípio de «trabalho igual — salário igual», tivemos de fazer um trabalho político junto desses trabalhadores, mostrar-lhes que esse trabalho era útil, que o Governo que nos financiou o projecto só pagava em géneros.

Posso dizer que não há discriminação de trabalho entre homens e mulheres. Eles fazem qualquer espécie de trabalho sem qualquer distinção.

Quanto à originalidade do sistema, posso acrescentar que, conforme afirmei há bacadinho, tivemos de fazer um trabalho político junto dos trabalhadores, mostrando-lhes o caminho viável em que eles podiam canalizar os seus géneros. Nessa altura, então, o responsável político da zona deu-lhes as instruções necessárias para organizarem armazéns de troca.

Nesses armazéns de troca os trabalhadores entregam uma quota quinzenal de 2k de arroz, conforme a sua disponibilidade do género, e o encarregado do armazém traz esses produtos até à cidade onde os comercializa junto da EMPA, recebendo em troca outros produtos e dando assim a possibilidade a esses trabalhadores de os adquirirem.

A aceitação, posso dizer, que foi total. Até agora, os trabalhadores preferem receber géneros do que dinheiro e isso é uma prova de que eles aceitam de bom grado o sistema de pagamento.

— Camarada J.R. o que nos diz sobre o aproveitamento das estruturas já existentes no sector da captação da água e sua distribuição e qual o caudal da nascente de N.ª Sr.ª do Socorro?

— A captação da água de N.ª Sr.ª do Socorro fez-se em 1972 e vamos aproveitar as estruturas já montadas — existe até uma moto-bomba na primeira estação — para continuarmos a fazer um trabalho completo de forma a podermos adaptar essas estruturas à regadio dos terrenos que já preparamos. Além dessas estruturas, nós estamos a construir paralelamente ao escalão quatro, um outro reservatório para o aproveitamento do excedente da água da nascente de N.ª Sr.ª do Socorro.

Conforme deve ser do vosso conhecimento, no estudo feito há uns anos atrás dentro da época da estiagem — os 7 anos de seca — o caudal acusou 2 mil metros cúbicos diários e o estudo existente é só para 1.800 metros cúbicos de água. Mas

nós não vamos utilizar esses 1.800 metros cúbicos diariamente. Temos de ter um reservatório para o aproveitamento do excedente e num futuro talvez próximo, com o apetrechamento das moto-bombas nas outras estações podemos elevar, talvez, 500 metros cúbicos de água até ao escalão 7 e daí fazer a sua distribuição por gravidade até à zona da Cova Figueira o que viria beneficiar grandemente toda a sua população.

— Durante a nossa visita a Monte Genebra vimos uma plantação de papaias já em franca produção e, segundo podemos saber, elas ainda não têm um ano de existência. Gostaríamos que nos fizesse referência a este assunto e que nos falasse também de uma produção já feita no ano passado. Também gostaríamos que nos falasse de irrigação e dos produtos que serão plantados este ano.

— Já no ano passado quando das últimas chuvas em Setembro fiz umas plantações de papaias, que, conforme vocês tiveram a oportunidade de ver, encontram-se em franca produção. Também este ano com as chuvas vou continuar as plantações metendo ali umas zonas de cajueiros, de pinha, de papaias, de manga e outras árvores, além de acácias para a ocupação total das zonas que não foram aproveitadas com canteiros. Também na rega nós vamos utilizar no nosso trabalho o sistema de rega por aspersão.

É um sistema muito útil para nós dado que as nossas possibilidades de caudal são muito reduzidas mas com a rega por aspersão podemos aproveitar uma área que se utilizássemos alagamento seria metade da que nós aproveitamos com a rega por aspersão.

Quanto à plantação de batatas que nós fizemos o ano passado num canteiro que tinhamos já preparado, a produção foi boa, foi de cerca de 2.200kg de batatas numa área de quase um quarto de hectare e se mais canteiros tivéssemos preparado nessa altura mais batatas metíamos até porque elas foram aproveitadas depois das colheitas, para fazermos a troca com o pessoal.

Quer dizer, passamos a enviá-las para as cooperativas que se incumbiam de vender ou trocá-las com os trabalhadores.

— Para terminar a nossa entrevista, gostaríamos que fizesse referência às principais dificuldades encontradas na execução dos trabalhos e quais as medidas adequadas à sua solução?

Dificuldades que nós continuamos ainda a ter é a falta de algumas máquinas que podiam simplificar o nosso trabalho em determinados aspectos porque, como sabemos as máquinas, em alguns aspectos, galvanizam o trabalhador, levando-o a dar um rendimento maior e muito mais útil.



Amílcar Cabral

### III. O nosso inimigo — isolamento e contradições. A luta do povo de Angola e das outras colónias.

Os nossos povos, que distinguem entre o governo colonial fascista e o povo de Portugal, não lutam nem querem lutar contra o povo português. Lutamos e lutaremos até à vitória final contra os colonialistas portugueses.

No entanto, a situação objectiva das grandes massas populares de Portugal, oprimidas e exploradas pelas classes dirigentes do seu país, deve fazer-lhes compreender as grandes vantagens que para elas adviriam da vitória dos povos africanos sobre o colonialismo português.

Aos meios cultos de Portugal e especialmente aos democratas progressistas compete a missão de auxiliar o povo português a destruir os virulentos vestígios da ideologia escravagista colonialista, que determinam, de uma maneira geral, o seu comportamento negativo perante as justas lutas dos povos africanos. Contudo, esses meios cultos deveriam, para tal, vencer igualmente a sua mentalidade colonialista, feita de preconceitos e de desdém sem fundamento em relação ao valor e à capacidade dos povos africanos.

Os democratas portugueses estarão efectivamente impossibilitados de compreender as justas reivindicações dos nossos povos enquanto não estiverem convencidos de que a tese da «imaturidade para a autodeterminação» é falsa e que a opressão não é e nem será nunca uma escola de virtudes e habilitações para nenhum povo.

É necessário reafirmar claramente que, sendo embora contra qualquer tipo de fascismo, os nossos povos não lutam contra o fascismo português; lutam contra o colonialismo português. A destruição do fascismo em Portugal deve ser obra do povo português; a destruição do colonialismo português deve ser obra dos nossos próprios povos.

Estamos conscientes das íntimas relações entre o colonialismo e o fascismo português.

Os colonialistas e a exploração colonial estão seguramente na base do fascismo português e do seu reforço.

Se a queda do fascismo em Portugal pode não levar ao fim do colonialismo português — hipótese que é, aliás, apresentada por alguns dirigentes da oposição portuguesa — temos a certeza de que a liquidação do colonialismo português arrastará à destruição do fascismo em Portugal. Com a nossa luta de libertação contribuímos eficazmente para a queda do fascismo português e damos ao povo de Portugal a melhor prova da nossa solidariedade. Esse factor é um motivo de orgulho para os nossos povos, que esperam do povo português a mesma solidariedade com o reforço da luta contra o fascismo.

Se a oposição portuguesa fosse capaz de realizar a sua própria unidade, de aceitar abertamente o princípio da autodeterminação e da independência para os nossos povos (como fizeram já algumas das suas facções e de guiar o povo português numa acção directa contra o fascismo, estaríamos prontos a encargar uma aliança das nossas forças e das forças democráticas e progressistas portuguesas para a liquidação simultânea do colonialismo e do fascismo português.

A luta comum contra as mesmas forças inimigas criaria as bases de uma amizade e de uma colaboração futura ao serviço dos interesses dos nossos povos e do povo português.

2-9-1945  
2-9-1967



**Festa Nacional da Republica Socialista do Vietname**

## A construção do socialismo no Vietname unificado

É a primeira vez que o povo vietnamita celebra com uma alegria particular o aniversário da festa nacional na sua Pátria unificada.

Sob a direcção do Partido dos Trabalhadores do Vietname, fundado e educado pelo Presidente HO CHI MINH, o povo vietnamita, organizando-se como um único homem e pelo seu combate heróico, levou a cabo triunfalmente a Revolução de Agosto de 1945, de onde nasceu a República Democrática do Vietname, primeiro estado de operários e camponeses na Ásia do Sudeste. Durante estes últimos 31 anos, o povo vietnamita venceu dois imperialismos agressores para a reconquista da sua independência e da sua liberdade, construindo com êxito as primeiras bases do socialismo em metade do seu país. Em apenas um ano, depois da libertação total do Vietname do Sul, todo o povo vietnamita, desenvolvendo o espírito de dono do seu país, criou uma atmosfera revolucionária efervescente na produção, com vista à liquidação das pesadas consequências de guerra e registou importantes êxitos. A vitória alcançada pelo povo vietnamita durante a resistência à agressão americana para o bem estar nacional é a maior na sua história de 4000 anos. Terminou a etapa da Revolução democrática em todo o país,

coroada com o 30 de Abril de 1975 (data da libertação do Vietname do Sul) e inaugurou para o povo vietnamita uma nova era.

A sexta sessão da Assembleia Nacional, realizada em Junho de 1976, definiu o nome do país (República Socialista do Vietname), a bandeira e o hino nacionais, o brasão, a capital (Hanói), designou os órgãos do Estado, elegeu os dirigentes do Estado e o Comité de redacção do projecto da nova Constituição. Assim o Vietname reunificou-se a nível estatal. O nascimento da República Socialista do Vietname abre uma nova etapa, a da edificação do socialismo em todo o país, cujas tarefas municipais, segundo os relatórios apresentados pelo camarada LE DUAN, primeiro-secretário do Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietname, à Assembleia Nacional, consistem em «completar a reunificação do país e avançar a passos rápidos, enérgicos e seguros para o socialismo». O Norte continua a avançar cada vez mais na construção do socialismo, e a completar as relações de produção socialista; o Sul deve pôr em prática a transformação socialista e a edificação do socialismo ao mesmo tempo. O conteúdo fundamental da Revolução socialista e da construção do socialismo em todo o país, consiste em «manter

firme a ditadura do proletariado, desenvolver a soberania colectiva das massas trabalhadoras e travar ao mesmo tempo três Revoluções (Revolução das relações de produção, Revolução técnica e Revolução ideológica e cultural, entre as quais a revolução técnica é o alvo mundial), desenvolver energicamente a industrialização socialista, construir uma grande produção socialista, um regime de soberania colectivo socialista, formar o novo homem, fazer desaparecer a miséria e redobrar sem parar a vigilância revolucionária, consolidar a defesa nacional, manter completamente a segurança política, a ordem social; reprimir resolutamente os contrarrevolucionários, dominar as suas manobras de sabotagem, estar pronto a fazer fracassar as maquinções e os actos agressivos e destrutivos levados a cabo pelo imperialismo e os seus fantoches; unir todo o povo para edificar a Pátria vietnamita, com uma indústria e uma agricultura modernas, uma defesa nacional potente, uma vida civilizada e de felicidade». Em relação à política estrangeira, a tarefa comum do Partido, Estado e do povo vietnamita, pronunciada pelo camarada LE DUAN, primeiro-secretário do Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietname, na última sessão da Assembleia Nacional, é

«Aproveitar as condições mais favoráveis para tratar com rapidez das feridas de guerra, restaurar e desenvolver a cultura, a ciência; consolidar a defesa nacional, construir a base material e técnica do socialismo, dar a contribuição activa à luta dos povos do mundo contra o imperialismo, contribuir activamente para afirmar a solidariedade militante e as relações cooperativas, solidariedade das forças revolucionárias, consolidar a união no seio dos países socialistas e dos movimentos comunistas e operários internacionais, reforçar a frente anti-imperialista dos povos do mundo». O espírito fundamental desta política é a de «continuar a elevar bem alto a bandeira da independência nacional e do socialismo, coordenar o patriotismo autêntico com o internacionalismo proletário, opor-se a todas as tendências direitistas e oportunistas, a todas as manifestações burguesas e pequeno-burguesas, manter firmemente a independência e a soberania, solidarizar-se com as forças dos povos do mundo, contra o imperialismo, contra o colonialismo, o neo-colonialismo e o racismo, e pela paz, a independência nacional, a democracia e o socialismo; dar a sua contribuição ao reforço e à consolidação do sistema socialista mundial; conservar e desenvolver as relações solidárias, as ami-

zações fraternais, a cooperação eterna e a ajuda recíproca com os povos do Laos e do Camboja; apoiar a luta dos povos da Ásia do Sudeste pela independência, a paz e pela neutralidade verdadeira; estabelecer as relações entre o Vietname e outros países na base do respeito à paz, à independência, à soberania respectivas, da não-agressão mútua, da não ingerência nos assuntos internos, na igualdade, nas vantagens recíprocas e na coexistência pacífica».

O caminho em direcção ao socialismo é uma via necessária da Revolução vietnamita e é também uma via conforme a lei do desenvolvimento da humanidade na época actual, a da transição do capitalismo ao socialismo à escala internacional. Neste momento, mais do que nunca, o povo vietnamita recorda o último conselho sagrado do Presidente HO CHI MINH:

«Os nossos rios, os nossos montes, os nossos homens ficarão sempre.

Batido o «yankee», construiremos o país dez vezes mais belo».

Dotado de 50 milhões de habitantes, de 20 mil quilómetros quadrados de superfície, de um largo planalto continental e ilhas e ainda dos seus recursos naturais, o Vietname unificado é capaz de desenvolver a sua economia em todos os domínios. Sob a direcção do Partido dos Trabalhadores do Vietname, o valente e trabalhador povo vietnamita, com a ajuda eficaz internacional, conseguirá construir um Vietname socialista, uma cultura e ciência avançada, uma vida civilizada e de felicidade, uma digna posição no mundo.

Na nova etapa revolucionária, o Vietname não deixa de desenvolver as suas relações com outros países mundiais, com vista a levar a cabo as suas obrigações internacionais em relação a estes últimos, compreendendo a República irmã da Guiné-Bissau. A última visita da delegação vietnamita, chefiada pelo camarada Hoang Van Tien, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e enviado do Presidente Tong Duc Thang, à Guiné-Bissau, de 26 a 30 de Julho de 1976, é uma contribuição concreta para o reforço das relações de cooperação entre o Vietname e a Guiné-Bissau.

Que a amizade e a solidariedade militante dos povos vietnamita e guineense continuem eternas!

Que as relações de cooperação entre os dois países se desenvolvam cada vez mais!

Eles andam de começo de randa, nas este por aí, brincando de Banco. Se existe Banco

As caract na comunidade e Armazéns. As galinhas, eles, as patas

Bandim f i bairro recente bairro mais p centrados, um de adobe e ci feitas com pla construção.

O bairro situa-se das margens da A Caetano Semedo, que se inicia a rua de terra batida que

## BAI — O

vessa Bandim e v a Estrada da Saco fim da rua, quando acabaram as casas montada a fábrica de los. Mas ninguém as pessoas vivem do lado de Bandim do movimento das mulheres ser no chão, em caixas latas velhas.

Antigamente, B era maior, esten pela margem opo Caetano Semedo. D aquela zona deu o ao bairro de Mind o nome ficou só no cado público. Apesar mercado ficar em dar, as pessoas, nuam a falar do Me de Bandim, o maior tro de comércio lo

O mercado fun todos os dias. Está pre cheio de gent dando entre as b improvisadas no ch meio do barro. Fic frente da Terceir quadra de Polícia, partem os autocarra o interior do p perto das paragen cam as pessoas circ do as coisas para v

Nem todos os v dores do mercado m em Bandim. Vão a fazer o seu comércio local é bom, perto do bairro povoado e a os comerciantes. E dem uma licença n mara Municipal e tem as suas peq tendas em Bandim fim do mês pagan pesos de imposto. E compensa, porque as soas vão procura mercado o que falta Armazéns do Povo.

O mercado é par



**Relatorio  
do Secretario-Geral do PAIGC  
ao Conselho Superior da Luta**

2

# Secretario-Geral do PAIGC, camarada Aristides Pereira ao C.

## 1. Caracterização da situação política, económica e social.

### 1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL

Na sua qualidade de dirigente do nosso povo na luta pela total libertação da exploração e dominação coloniais, o nosso Partido conduziu o nosso povo na Guiné e em Cabo Verde à conquista da independência total, à tomada do poder político completo nas suas mãos. Devido ao enorme prestígio alcançado pelo nosso Partido durante a luta armada de libertação nacional pôde esta facilmente fazer valer a sua autoridade em todo o país, tanto na Guiné como em Cabo Verde, apesar de algumas manobras levadas a cabo pelo inimigo para tentar retardar a afirmação soberana da força e autoridade do Partido, aceites livremente por todo o nosso povo. Na Guiné, em consequência da luta armada, parecia mais real e poderosa a presença do Partido. Porém, todo o processo que se desenvolveu em Cabo Verde, durante o período de transição que vai do 25 de Abril até à proclamação da independência, e o resultado das eleições livres e democráticas que antes tiveram lugar provaram à sociedade o apoio incondicional e indiscutível que o nosso povo concede ao nosso Partido e mostra a grande confiança que nele deposita.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde a situação política, económica e social caracteriza-se por esta 1.ª realidade: o apoio amplo dado pelo nosso povo ao nosso Partido.

Uma outra característica política da situação actual é a afirmação do espírito democrático das sociedades que criámos.

Seguindo as directivas do nosso Partido, os nossos Governos na Guiné e em Cabo Verde têm agido de forma a consolidar o espírito democrático da Nação, auscultando as massas, falando-lhes com franqueza, pedindo-lhes a sua opinião, fazendo-as intervir de forma crescente e cada vez mais organizada. Apesar de algumas debilidades que ainda apresenta o trabalho político, têm havido da parte das massas do nosso povo uma compreensão real pelas nossas dificuldades e um esforço positivo em vários sectores da actividade para uma real integração na linha de acção por nós preconizada e levada a cabo passo a passo. Tanto na Guiné como em Cabo Verde tem-se alargado gradualmente o hábito do trabalho voluntário no qual a população e a juventude tem participado com entusiasmo crescente. O ano passado jóvens caboverdianos deram a sua contribuição no Centro agro-político de Bolama. Recentemente, jóvens guineenses da JAAC deslocaram-se a Cabo Verde onde vão permanecer um mês, para a ajudar nos trabalhos agrícolas. Em diversos aspectos além destes, se concretiza, pouco a pouco, na prática, o espírito da unidade entre a Guiné e Cabo Verde que anima os militantes e simpatizantes do Partido, a juventude e o povo em geral.

O entusiasmo com que as populações do Sul da Guiné receberam a visita do camarada Presidente do Conselho de Estado e, sobretudo, a alta compreensão que mostraram pelas dificuldades que o Governo enfrenta; a contribuição da população de Cabo Verde para a formação das milícias, a atitude serena e paciente do povo de S. Vicente quando há dias a água faltou por completo nessa Ilha, são bem o testemunho inequívoco da confiança que o nosso povo deposita no nosso grande Partido e nos nossos Governos.

Para compreendermos bem a realidade actual que estamos a viver, a verdadeira

razão de ser das nossas dificuldades, os passos importantes que já demos em pouco menos de 2 anos de tomada total do poder pelo nosso Partido na Guiné e em Cabo Verde, necessitamos de fazer referência, embora de forma sucinta, à situação real de que partimos. Sabemos quão triste e pesada é a herança deixada pelo colonialismo português — o atraso económico, com uma agricultura retardada e sem indústrias; o analfabetismo e o obscurantismo; a subalimentação generalizada, uma administração obsoleta e altamente burocratizada; ausência de infraestruturas rodoviárias e portuárias, de transportes e telecomunicações. Sem exagero podemos dizer que partimos do zero. Isto quer dizer que temos de enfrentar inúmeros dificuldades, que temos que empregar esforços imensos para as vencermos todas, que temos de nos dedicar afincadamente na busca de meios para solucionarmos os problemas da nossa reconstrução nacional, que temos de trabalhar sem descanso, com perseverança e determinação, para levarmos a cabo as tarefas que nos propusermos e promover o desenvolvimento gradual mas seguro das nossas sociedades, em benefício do nosso povo e, particularmente, das massas trabalhadoras dos nossos países.

Os sucessos alcançados através da luta armada de libertação nacional, a realidade nova construída nas regiões libertadas, levaram os colonialistas portugueses, num dado momento, a recorrerem a todo um conjunto de medidas demagógicas, para tentar fazer face às consequências da ofensiva política do P.A.I.G.C., cimentada pelas realidades, tanto no plano interno como internacional. É nesse contexto que surgem tanto na Guiné como em Cabo Verde os preços políticos para alguns artigos de consumo, nomeadamente o caso do arroz, na Guiné e do milho em Cabo Verde. Tais preços eram possíveis porque o colonialismo tirava a sua compensação, mesmo económica, da exploração que fazia do nosso povo. Em Cabo Verde os colonialistas portugueses instauraram o sistema das verbas de «Apoio» que teve como consequência o beneficiar essencialmente o comércio privado parasitário e criar nos «beneficiários» atitudes deformadas em relação ao trabalho, uma mentalidade voltada para o oportunismo (aproveitar o melhor e o mais possível, fazendo o mínimo necessário). Tais despesas eram puramente demagógicas; elas não tinham como objectivo nem estimular a produção, nem servir de fontes de investimento em sectores produtivos.

A demagogia política colonialista bem organizada e orquestrada, fazia parte da sua linha de acção estratégica global de tentar manter as aparências, procurando impô-las como realidade que traduzissem alguma preocupação pela vida e futuro do nosso povo. Mas essa política, assente também, ao mesmo tempo, numa repressão cruel e constante, teve como objectivo deformar a realidade, criar uma mentalidade voltada para as coisas superficiais da vida, não preocupando com o futuro da terra mas com os seus interesses pessoais e imediatos, criar a corrupção, hábitos individualistas, o espírito de adulação, o oportunismo e o carreirismo. Alguma coisa resultou da aplicação de uma tal política, contra sujas consequências em certas camadas da população, temos de lutar com firmeza e determinação. Os seus efeitos são principalmente notados no seio do funcionalismo público, particularmente na camada mais velha junto de quem se arreiga-

ram certos maus hábitos, o burocratismo e «o deixar ir» ou «deixar andar».

Actualmente, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde a situação política caracteriza-se por uma total estabilidade política dos 2 Governos, uma iniciativa crescente do Partido e das organizações de massas, apesar de algumas debilidades em certos aspectos da sua actuação; um apoio crescente da grande maioria das nossas populações, com uma participação efectiva crescente nas tarefas de reconstrução nacional; inexistência de agitação social contrária aos superiores interesses dos nossos Estados.

Tal situação política é um factor altamente favorável às iniciativas que estamos a levar a cabo e às tarefas que temos de continuar a realizar para promover o desenvolvimento económico dos nossos países, condição essencial e indispensável para o bem-estar, o progresso e a felicidade do nosso povo, objectivo primordial do nosso Partido.

Quais são, nas suas linhas gerais, as características comuns actuais da situação económica e financeira em que nos encontramos na Guiné e Cabo Verde?

Elas são essencialmente as seguintes, além da já mencionada ausência de infraestruturas nos sectores primário (agricultura, pescas, extracções mineiras) secundário (indústrias) e terciário (comércio e Serviços):

- desemprego
- desequilíbrio orçamental e situação de «deficit»
- deficit nas balanças comerciais
- alta de preços
- atrasos no pagamento dos salários
- dificuldades na tarefa de coordenação da actividade governativa como um todo, e uma certa tendência, em alguns departamentos, para uma acção isolada, fugindo-se por vezes à aceitação de uma disciplina colectiva, necessária para uma acção uniforme, metódica e harmoniosa
- dinamismo e audácia da parte dos dois Governos no sentido da concretização de programas e projectos que estão a permitir a melhoria gradual da

situação económica e social.

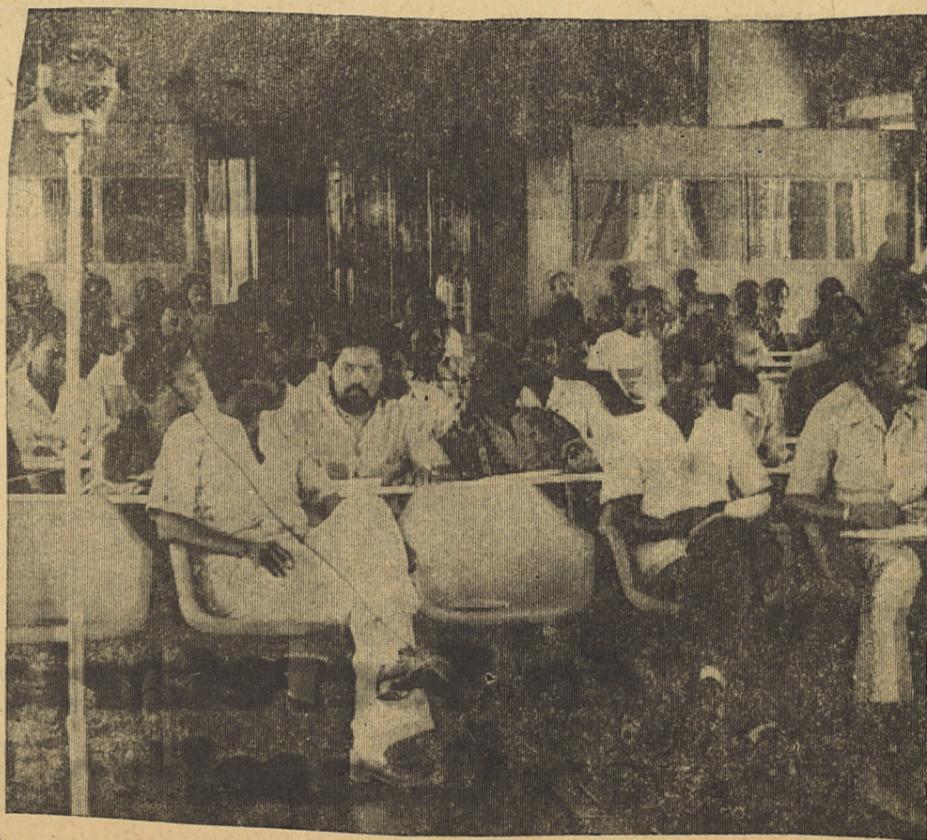
Falaremos a seguir um pouco mais detalhadamente das características que acabamos de citar.

Sobre o problema do desemprego, devemos esclarecer que a entrada dos naturais do país, na Guiné, vindos sobretudo de países vizinhos, e em Cabo Verde, provenientes principalmente de Angola e Portugal, não facilitou a nossa situação mas, em acordo com os nossos princípios, consideramos como um dever receber na sua terra natal esses nossos compatriotas. A situação tornou-se para nós mais delicada devido ao facto de muita dessa gente não representar mão-de-obra qualificada. Temos, por um lado, um excedente de mão-de-obra não qualificada; e por outro, falta de mão-de-obra qualificada porque o número de quadros médios e superiores que a nós se juntou, para levar a cabo o trabalho de edificação nacional é, na verdade, diminuto, em relação às necessidades de reconstrução, e ao dinamismo que queremos emprestar às actividades primordiais para o desenvolvimento dos nossos países. Temos esperança de que alguns compatriotas com sólida formação profissional técnica, média e superior, que até aqui não se decidiram a regressar à terra, o façam, vindo ao serviço do seu povo.

Em Cabo Verde o problema do desemprego é ainda agravado pela seca.

Só em S. Vicente há 6 000 desempregados e o Governo concede assistência a cerca de 3 000 famílias, o que perfaz mais ou menos um total de umas 15 000 pessoas assistidas.

Na Guiné, a situação criada pela guerra contribuiu para as actuais dificuldades no domínio do desemprego. Tanto num como noutro país é necessário que se alie o desenvolvimento progressivo do país, à criação de novos postos de trabalho e se empreendem cada vez mais iniciativas que venham ao exercício de pequenas actividades que apliquem mão-de-obra, e se fomentem as cooperativas. Tanto na Guiné como em Cabo Verde estão já em funcionamento algumas cooperativas, ainda incipientes. Com o alargamento da nossa experiência neste domínio, as existentes deverão re-



# L. nómica e social

truturar-se melhor, sobretudo no que diz respeito à gestão económica e financeira, e devemos criar, além de cooperativas de consumo, também cooperativas de produção e, muito especialmente, cooperativas agrícolas e de pesca.

No domínio propriamente financeiro, a elaboração dos nossos primeiros orçamentos, na qualidade de países soberanos e independentes, concebidos e estruturados com o nosso próprio esforço e a exclusiva participação da nossa gente, foi uma vitória importante que devemos assinalar. É certo que tais orçamentos ainda seguem muito os moldes tradicionais mas era difícil, senão impossível, que assim não fosse. As estruturas económicas e financeiras criadas na Guiné e Cabo Verde assemelhavam-se nas suas linhas gerais, mas às vezes há diferenças no que respeita às funções relativas que cabem a alguns organismos paralelos.

Tanto num como noutro país se procedeu, logo após a independência, a uma revisão da tabela de vencimentos dos servidores do Estado, adoptada desde o tempo colonial, no sentido de atenuar certas diferenças, e corrigir algumas injustiças. Em ambos os lados se seguiu o critério de remunerar de forma especial certa categoria de técnicos. Num e noutro lado os funcionários dos Bancos e o pessoal técnico dos Aeroportos são pagos de forma diferente da generalidade dos funcionários, ganhando mais.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde as maiores despesas do Orçamento encontram-se nas Forças Armadas e na Educação, mas em posições relativas invertidas. Na Guiné a maior percentagem das despesas cabe às Forças Armadas, ao passo que em Cabo Verde cabe à Educação. Compreende-se esta diferença que é devida à forma como a luta se processou nos dois territórios, até à conquista da independência total: num lado seguindo a via da luta armada, e no outro, a via da luta política.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde, as percentagens dispendidas com a Educação nos Orçamentos Gerais do Estado são elevadas, respectivamente de 23 % e de 14 %, o que traduz uma opção bem de-

finida. Não é por acaso também que o número de alunos que frequentam as escolas é tão elevado; superior, proporcionalmente, à grande maioria dos Estados independentes de África, que contam já, quase todos, com mais de uma dezena de anos de independência. Na Guiné, cerca de 10 % da população frequenta a escola, e em Cabo Verde essa percentagem ascende a 25 %.

No domínio financeiro, em face da difícil situação em que vivemos, os nossos Governos resolveram definir uma política de austeridade e tomar, no plano prático, as medidas correspondentes.

Os deficits que caracterizam as nossas balanças comerciais são a herança recente que nos foi deixada pela administração colonial.

A intervenção da situação actual no que respeita aos saldos das nossas balanças comerciais está em muito, dependente do ritmo que soubermos imprimir ao nosso desenvolvimento económico, da aplicação na prática de medidas efectivas de austeridade e, sobretudo, do aumento da capacidade produtiva dos nossos países nos próximos anos.

Para o aumento da nossa capacidade produtiva, o que é possível, mesmo usando ainda durante algum tempo os métodos tradicionais de trabalho, será preciso desenvolver e elevar gradualmente a consciência política dos nossos trabalhadores, tanto do campo como das cidades, e organizá-los melhor, tarefas essas que cabem sobretudo às organizações sindicais, mas também às cooperativas.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde há dois sectores a considerar no que respeita ao comércio: o sector do Estado, com algumas empresas públicas, e o sector privado. Tanto num como noutro lado, se criaram organismos que asseguram o controle por parte do Estado das importações em geral e que têm o monopólio da importação dos artigos de 1.ª necessidade. O comércio dos dois países, poderá melhorar grandemente com as medidas recentemente tomadas, aquando da visita à Guiné de uma Delegação chefiada pelo camarada Pedro Pires.

Um problema que está intimamente ligado com este do comércio, é o da alta de preços. Tal alta é um fenómeno corrente em todos os países de economia de mercado e também nos países em vias de desenvolvimento como o nosso, em consequência da situação monetária e económica internacional e devido ao facto da inflação que atinge todos estes países. Mas se é certo que é quase impossível evitar as consequências da inflação importada, é no entanto sempre possível criar-se um sistema de controle dos preços, que são já um resultado do açambarcamento, da especulação e da rarefacção artificial do mercado ao nível nacional. Até agora, tanto na Guiné como em Cabo Verde, não se organizou devidamente o combate às infracções económicas, particularmente ao açambarcamento e à especulação. O serviço de controle dos preços e das condições de venda dos produtos, é fraco, quando existe. Com a adopção de uma legislação apropriada que se está a preparar sobre o assunto, pondo em acção o controle popular, com a colaboração dos organismos de base do Partido, com a constituição futura de Brigadas de Fiscalização ou de uma Polícia Económica, poderemos contribuir de uma forma eficaz para a estabilização dos preços e a melhoria de algumas condições da nossa economia.

Na Guiné e em Cabo Verde constatamos

que a máquina do Estado ainda não está a funcionar da melhor forma possível e que há algumas falhas que é urgente eliminar. Há ainda uma certa falta de coordenação de certos Departamentos e que seria necessário pôr cobro. Se queremos edificar uma economia que tenha por base a planificação e não a anarquia ou a liberdade incontrolada e incontrolável, com todas as suas más consequências, temos primeiro que tudo de realizar uma coordenação eficaz dos Departamentos ou Serviços que a ele devam estar sujeitos e temos de instituir com rigor uma disciplina, de acordo com os princípios que fixámos ou com as normas de acção e comportamento que definimos. Que cada um faça o que bem entender e haja isoladamente, não nos parece ser nem vantajoso nem salutar. A experiência mostra-nos a necessidade da criação de organismos pluridisciplinares de coordenação de actividades económicas, sujeitos no entanto a um organismo de tutela, e também de organismos de inspecção e controle de execução das tarefas decididas pelo Governo.

As nossas dificuldades actuais, a que há que acrescentar a falta de quadros técnicos qualificados, não nos permitiram até este momento, tanto na Guiné como em Cabo Verde, a preparação de um 1.º plano de desenvolvimento. No entanto, como todos sabem, tem havido muito dinamismo e mesmo alguma audácia da parte dos nossos Governos em conceber inúmeros projectos que, a pouco e pouco, vão sendo postos em execução, nos principais domínios da nossa actividade produtiva e social, particularmente na Agricultura, Indústria, Educação, Saúde, Obras Públicas e na implantação de certas infraestruturas, como nos Transportes e Telecomunicações. Teremos no entanto que vir a preparar esse plano de desenvolvimento que é uma tarefa difícil nas condições em que nos encontramos. A nossa 1.ª, e talvez a maior, dificuldade é a ausência de um aparelho estatístico capaz de nos fornecer os indicadores económicos de base, que são elementos indispensáveis para a consecução de um plano. Uma outra dificuldade, foi a herança deixada pelo colonialismo que nunca organizou a sério os Serviços de Estatística, quer do ponto de vista de pessoal quer do ponto de vista orgânico e estrutural. Nas nossas terras, a Estatística limitou-se a uma recolha mais ou menos amalgamada de alguns dados que nunca foram, nem devidamente utilizados nem sistematizados e, muito menos, cientificamente analisados. Teremos de fazer nós. Devemos criar as condições para levar a cabo em breve um recenseamento geral da população, concebido em bases científicas.

Isto será um elemento preciso para ajudar na elaboração dos nossos planos de desenvolvimento. Também se impõe a inventariação de todos os nossos recursos.

Parece-nos que devemos pensar a sério na necessidade da elaboração conjunta, e não cada um por seu lado, de um só plano geral de desenvolvimento para a Guiné e Cabo Verde. Julgamos isto não só possível mas desejável, sobretudo tendo em conta as nossas debilidades económicas e também, em certa medida, a complementaridade das nossas economias.

Noutros domínios da nossa actividade tão importantes, como a educação e a saúde estamos a seguir orientações semelhantes mas podemos e devemos estreitar as relações entre os respectivos Departamentos e pensar soluções comuns. É o caso por exemplo da Reforma do ensino. Os

livros e programas deveriam ser únicos para a Guiné e Cabo Verde.

Eis camaradas algumas considerações gerais que nos parecem ser necessárias para vos dar uma perspectiva da nossa situação, em diversos dos seus aspectos essenciais. Para finalizar, queríamos apenas fazer uma breve referência às nossas gloriosas Forças Armadas e aos Serviços de Segurança, sobre as quais haverá no entanto Relatórios particulares, para vos dizer quanto o nosso Partido conta com a sua dedicação e a sua vigilância para a garantia da continuidade da aplicação dos princípios do Partido e a salvaguarda dos interesses do nosso povo na Guiné e Cabo Verde.

## 2. SOBRE A SITUAÇÃO DOS COMBATENTES DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A luta de libertação nacional exigiu grandes sacrifícios a todo o nosso povo.

Para que pudéssemos levar a cabo a gigantesca tarefa de mobilizar o nosso povo, desencadear a luta armada e escalar vitoriosamente cada uma das suas fases, até a realidade presente das nossas terras totalmente livres e independentes, foi necessário um esforço heróico dos seus melhores filhos, para os quais não houve obstáculos intransponíveis nem missões impossíveis ainda quando fosse necessário arriscar a própria vida.

Larga e dura foi a caminhada do combatente da liberdade da Pátria: muitos caíram, deixando, com o seu precioso exemplo, filhos ou pais para os quais constituíam por vezes o único amparo. Muitos outros sofreram uma diminuição física, limitando ou mesmo impossibilitando de todo o seu valioso concurso na actual fase da reconstrução nacional do nosso país.

Todo o nosso povo, o nosso Partido e os nossos Estados, devem por tal motivo, uma gratidão eterna ao combatente da liberdade da Pátria.

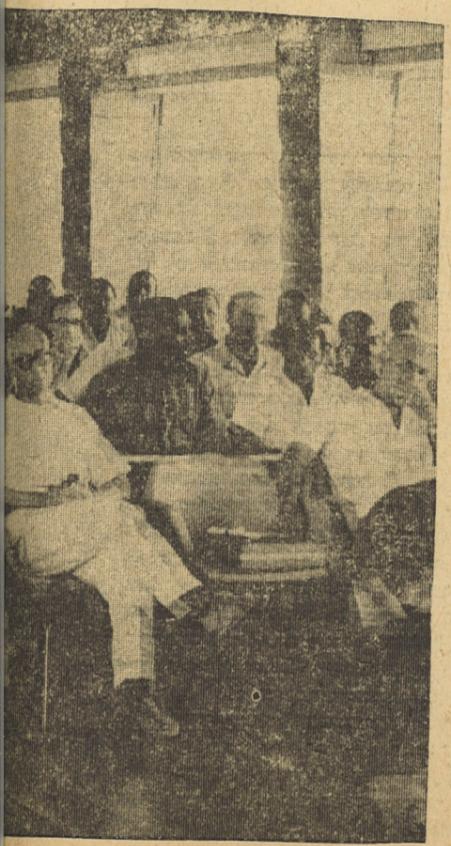
Na medida das suas possibilidades, o nosso Partido nunca se descuidou com o honroso dever de assistir a esses camaradas, tanto moralmente como materialmente, e isso desde o início da luta armada.

Com o desenvolvimento da luta, o Partido pôde dispor de cada vez melhores condições de vida e até de formação especializada para os camaradas combatentes vítimas da guerra.

Com o triunfo da nossa causa e a instauração do poder do Estado em toda a nossa terra, criaram-se condições reais para que o «dever honroso» de assistência ao combatente da liberdade da Pátria diminuído fisicamente e carecido de ajuda, passasse a ter força de lei. Assim, na primeira sessão ordinária da primeira Legislatura, a Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, na lei n.º 5/75, nas suas bases II, III VII, respectivamente proclama a sua gratidão eterna ao combatente, define quem deve ser considerado Combatente da Liberdade da Pátria e considera como sua honra e dever:

1. Agir, no sentido de, na medida das suas possibilidades, garantir uma existência digna e tranquila aos combatentes da liberdade da Pátria que, pelo facto da sua participação na luta de libertação sofreram uma diminuição física que os torna total ou parcialmente incapazes para o trabalho, e que são os primeiros credores do reconhecimento nacional.
2. Garantir a educação dos órfãos dos combatentes da liberdade da Pátria.
3. Assistir, na medida das possibilidades nacionais e das necessidades dos contem-

(Continua na página 4)



## camarada Aristides Pereira ao C.S.L.

# 3. Unidade Guiné-Cabo Verde processo, balanço e medidas a tomar

plados, os pais, os filhos e as viúvas dos combatentes da liberdade da Pátria.

Para uma mais pronta execução da Lei n.º 5/75, o Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, decidiu a criação do Commissariado de Estado dos Antigos Combatentes, ou seja, o organismo governamental destinado a estudar e a dar soluções (criando todas as condições para a sua aplicação) a todos os problemas ligados com o combatente da liberdade da Pátria que ganhou direito dos benefícios que são garantidos pela Lei n.º 5/75.

Apesar dos seus esforços que, a deduzir das palavras do camarada Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado da República da Guiné-Bissau, aquando da sua intervenção na segunda sessão ordinária da primeira Legislatura da Assembleia Nacional Popular, não têm estado a altura do mínimo exigido, o Commissariado já pode apresentar um quadro inicial dos casos recenseados, repartidos em categorias e provisoriamente resolvidos ou em vias de solução provisória. Forma, assim, recenseados, sendo actualmente assistidos pelo Commissariado, não só os antigos combatentes vítimas de diminuição física, mas também os desmobilizados das FARP e os órfãos, viúvas e pais (necessitados) dos heróis e mártires, para um tal aproximado, não definitivo, de 4 100 casos.

Devemos chamar a atenção do Governo e, em particular, do Commissariado dos Antigos Combatentes para a necessidade de se encontrar soluções definitivas para as diversas categorias de casos desse Commissariado, particularmente para a questão referente à justa fixação de pensões (considerando todos os factores, como o grau de invalidez, o número de filhos, o nível de responsabilidade adquirida na luta pelo benefício, etc.) e à procura de postos de trabalho nas novas unidades de Produção, onde devem ser integrados prioritariamente não só os diminuídos físicos, mas também os combatentes, que estão a ser desmobilizados do serviço activo nas FARP.

Aqui devemos fazer, mais uma vez, uma chamada de atenção para todos os responsáveis dos serviços públicos e das empresas, públicas, semi-públicas e privadas, em particular aos Comissários de Estado, para o facto de que, como está expresso na Lei, a responsabilidade pela situação dos antigos combatentes, hoje limitados ou impossibilitados de participarem, em igualdade de circunstâncias, na luta pela reconstrução da nossa Terra, é de todos. O seu sacrifício não deve ser, em nenhum momento, esquecido, sendo dever de todos, em íntima cooperação com o Commissariado dos Antigos Combatentes, contribuir para as soluções do importante problema da inserção dos antigos combatentes, diminuídos pela guerra ou desmobilizados, na nossa nova sociedade.

Temos de agir dessa forma, pois não podemos fazer do Commissariado dos Antigos Combatentes um asilo, como disse o Camarada Luiz Cabral; o Commissariado é, sobretudo, um instrumento posto à disposição dos Antigos Combatentes para os ajudar e orientar e para lhes garantir a sua integração na nova fase da luta. Só identificando-se com o novo combate pela construção do progresso na Pátria liber-

tada terá o antigo combatente encontrado o seu lugar na nossa sociedade como combatente da liberdade da Pátria.

### 3. UNIDADE GUINÉ-CABO VERDE PROCESSO, BALANÇO E MEDIDAS A TOMAR

Desde que o grupo de guineenses e cabo-verdianos, reunido à volta do camarada Amílcar Cabral, decidiu enfrentar a dominação estrangeira nas nossas terras, pôs-se a necessidade de uma organização que fosse capaz de, no seu seio, unir para a luta do povo da Guiné e Cabo Verde, a começar pela união dos esforços dos seus melhores filhos.

A unidade da Guiné e Cabo Verde, adoptada como princípio básico dessa organização, o nosso Partido, era um imperativo que repousava numa complementaridade histórica dos nossos dois países.

Esse princípio, ditado pela análise correcta da situação objectiva de dominação e opressão em que viviam os nossos povos e do seu manifesto desejo de se libertarem da vida escrava que levavam, revelou-se a nossa maior arma na prática da luta em cada uma das suas fases.

Durante toda a nossa luta e em cada uma das suas fases, o princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde orientou sempre os passos dados num e noutro território, de forma a garantir-se que a estratégia global servisse a libertação dos dois povos, independentemente do local onde os acontecimentos se desenrolassem.

Os grandes acontecimentos da luta de libertação nacional, como o massacre de PIDJIGUITI, o desencadeamento da luta armada, etc. ..., contribuíram de igual forma para a aceleração do processo libertador e para a queda da dominação e exploração coloniais nas duas terras. A proclamação do Estado da Guiné-Bissau, ainda durante a luta armada, constituiu igualmente um duro golpe para os colonialistas tanto na Guiné como em Cabo Verde, abrindo novas perspectivas de luta, da mesma forma que a proclamação da independência de Cabo Verde veio consolidar a da República irmã.

Hoje, é partindo da realidade de dois Estados independentes que devemos avançar para estruturas superiores da unidade.

O nosso Partido, o PAIGC, consagrado como a força dirigente da nossa sociedade nas leis fundamentais das duas Repúblicas, tem de novo uma imensa tarefa a cumprir, como o pilar maior dessa unidade.

Só na medida em que dermos ao Partido toda a sua importância, organizando-o para agir e funcionar como uma força de vanguarda, tanto na Guiné como em Cabo Verde, capaz de mobilizar e organizar todo o nosso povo em função da unidade e da luta para o progresso, definindo objectivos concretos a alcançar na base de uma prática ideológica exigente, estamos de facto criando as reais condições para a materialização da unidade Guiné-Cabo Verde.

Como o Partido, e constituindo o seu braço armado, também estão consagradas nas nossas leis fundamentais, como sendo um dos pilares da unidade, as nossas FARP, que estão indistintamente ao serviço dos dois Estados, para a defesa intransigente

das conquistas revolucionárias do nosso povo e garantia da sua soberania e integridade territorial.

Consagrada na Constituição da República da Guiné-Bissau e no texto da Proclamação da República de Cabo Verde, está a igualdade do estatuto jurídico e condição legal de guineenses e cabo-verdianos, nos dois países — uma conquista fundamental da nossa luta pela unidade.

Um importante passo em frente no caminho da unidade orgânica dos nossos dois Estados foi a eleição, pelas Assembleias de cada uma das Repúblicas, das comissões que, encabeçadas pelos Presidentes da Assembleia Nacional da Guiné e de Cabo Verde, constituem o Conselho da Unidade, o qual, de acordo com a proposta contida na declaração do CSL do PAIGC de 25 de Junho de 1975, elaborará um projecto de Constituição da Associação dos dois Estados, a ser submetidos às respectivas Assembleias soberanas.

Embora a nível de governos tenha havido esforços no sentido de trocarmos experiências e melhor concertarem a sua acção através dos departamentos governamentais devemos, no entanto, reconhecer que os resultados práticos alcançados ainda são muito fracos.

As perspectivas abertas pela visita do camarada Francisco Mendes, chefe do Governo da Guiné-Bissau, a Cabo Verde, histórica por ser o primeiro encontro de trabalho entre os nossos dois Governos, não foram devidamente aproveitados em consequência de uma certa inércia das instâncias governamentais; é necessário que das declarações de intenção subscritas entre os dois Governos, passemos à sua realização prática. Porque a institucionalização da unidade, a nível de Estado, exige um trabalho persistente de cooperação e coordenação da acção dos nossos Governos que devem ter sempre presente que cada medida que tomam deve servir o comum interesse da construção da Unidade Guiné-Cabo Verde.

Convém ainda realçar os esforços realizados por alguns departamentos dos dois Estados, no sentido de se contactarem e de juntos estudarem os problemas que os preocupam, numa procura de coordenação de actividades dignas de louvor.

Queríamos especialmente falar dos departamentos de Justiça, da orientação séria imprimida aos seus encontros de trabalho que, como sabemos, culminaram com a assinatura de um protocolo de cooperação que considera os dois países como um só território judicial, e com a criação da Associação de Juristas da Guiné e Cabo Verde.

No domínio dos Transportes também existem algumas realizações: organização de carreiras aéreas regulares recíprocas, com aviões das empresas de transporte dos dois países e o projecto, já aprovado pelos dois Governos, de criação de uma companhia marítima de longo curso.

Nos domínios da Saúde e Assistência Social e da Educação e Cultura, apesar da inexistência de qualquer diploma para reger as relações entre as duas partes, as relações de trabalho e cooperação têm tido algum desenvolvimento nos últimos tempos.

Na Saúde e Assistência Social isso tem-se manifestado através da participação de delegações dos dois países, nas reuniões de orientação da política sanitária ou da Assistência Social. A decisão de se estabelecer um programa comum de formação de quadros de saúde e da edição conjunta dos compêndios para essa formação, é um resultado positivo dessas reuniões. Ainda se convencionou o envio de missões conjuntas aos encontros em que sejam debatidos problemas fundamentais em matéria de saúde e assistência social.

As relações entre os dois países no domínio da Educação e Cultura, que datam do período do Governo de transição em Cabo Verde, têm vindo a desenvolver-se desde a proclamação da independência de Cabo Verde, através de encontros entre departamentos, ao nível superior, e através da troca de delegações de estudantes e da participação de professores primários em estágios de reciclagem realizados tanto na Guiné como em Cabo Verde.

A decisão tomada aquando da recente visita de uma delegação do Commissariado de Educação e Cultura a Cabo Verde, de concretizar alguns dos passos já iniciados na definição de objectivos comuns, enquadra-se na preocupação de dar aos jovens dos nossos dois países uma formação que os irmane e identifique na obra grandiosa da construção da Unidade e do progresso das nossas terras.

Outro passo importante no sentido da unidade foi dado recentemente aquando da deslocação à Guiné-Bissau de uma delegação dirigida pelo camarada Pedro Pires, Chefe do Governo de Cabo Verde, ocasião em que foram subscritos, entre os dois Governos, um acordo comercial e de cooperação aduaneira, em que se suprimem os impostos alfandegários nas relações comerciais entre os dois países, e um acordo de pagamento.

A visita oficial do camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, cuja recepção reservada pelo povo de Cabo Verde, ultrapassou o que se esperava, foi mais uma demonstração da adesão do povo das Ilhas ao princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde.

Foi também mais um chamamento da atenção da Direcção do nosso Partido e dos nossos Governos para a urgência dos passos que devemos dar com vista à consolidação dos progressos já alcançados no caminho da Unidade e à preparação das etapas futuras.

O C.S.L., que mais não é do que uma instância da Unidade Guiné-Cabo Verde, deve apreciar o caminho já percorrido e dar uma orientação aos nossos Governos para a acção a realizar no sentido da Unidade até ao próximo Congresso. Essa acção terá, certamente, em conta, as considerações que nos levaram a optar por uma tática em que, ao entusiasmo das decisões precipitadas, quase sempre pouco reflectidas, preferimos a reflexão, a firmeza de passos, talvez mais lentos, mas mais seguros. Porque, a unidade da Guiné-Cabo Verde deve ser uma decisão conscientemente tomada pelo nosso povo, o qual deve compreender todo o seu alcance e nele ver o que realmente é: a garantia do seu futuro independente e próspero, tanto na Guiné como em Cabo Verde.

ela rua, pouca roupa no corpo, movimentos lentos e cansaço na frente das casas, na varanda remendadas. As crianças também ficam soltas na lama, conhecem os caminhos estreitos e esburacados. Ninguém respeita a divisão do bairro. Tanto faz de Baixo e de Cima.

As casas são semelhantes, todos cresceram na pequena escola, comité de bairro, mercado de Bandim novo. Até os animais fazem parte do património: galinhas e cabras. Os miúdos gostam de brincar com as bolas e arrastadas com um pedaço de corda.

Na zona Sudoeste da cidade. Como os outros, é um bairro recente. Em 1969 tinha 4.814 moradores. Hoje, é o segundo bairro de Bissau, com 10.601 habitantes. Todos construídos quase em cima da outra. Além das árvores, corrimãos. Telhados de palha, de zinco, algumas divisões de ferro enferrujadas e restos de materiais de

com o resto do bairro. A lama, lixo cobrindo o chão, falta de água, de condições higiénicas. Mas as pessoas aprende-

— A juventude organiza as pessoas. Eu nunca tive problemas. Posso vender só o que existe aqui: óleo, vinho, cigar-



## BANDIM, UM BAIRRO RECENTE SEGUNDO EM POPULAÇÃO

ram a movimentar-se nas ruas sinuosas, nos becos, entre os muros. Sabem que nos bairros pobres, formados desorganizadamente na época dos portugueses, é sempre assim: casas pobres, sem luz, sem rede de esgotos.

Em Bandim é ainda pior. Quase não existem ruas e as casas estão aglomeradas entre os terrenos baldios. Por isso, quando alguém fica doente é sempre um problema. Cria uma agitação geral. Primeiro é preciso chamar um táxi e depois mobilizar algumas pessoas para transportar o doente até ao carro.

### O ARMAZÉM, O COMÉRCIO

Na rua principal acontece tudo. Tem valetas laterais para o escoamento da água das chuvas e pontes de madeira para permitir o acesso às casas. Como é uma das únicas ruas transitáveis, é servida por uma linha de autocarros que funciona todos os dias até às 18 horas. Numa das melhores casas da rua, foi montado o Armazém do Povo de Bandim de Baixo.

O armazém é simples. Uma porta, uma janela e um balcão de madeira na entrada. Vende só para as pessoas do bairro, identificadas pelos cartões de morador. Essa medida destina-se a controlar a saída dos produtos essenciais. Por exemplo, existem sempre filas para comprar arroz. Mas o encarregado do armazém, Fernando Pina, não se preocupa:

ros, sabão e tecidos. Nós não temos carne, nem peixe. As pessoas compram isso noutros lugares.

O armazém de Bandim de Cima vende as mesmas coisas. As filas começaram na porta para conseguir arroz. Mas o prédio do armazém tem melhores condições.

Perto do armazém fica outra zona de comércio. A Feira do Caracol funciona sempre. Mesmo de noite, à luz de velas e candelários de querosene, a agitação continua. Os vendedores trazem pouca coisa. Doces feitas em casa, leite dormido e frutas da época.

A Feira do Caracol reflete a realidade de Bandim. Lixo no chão e mosquitos por todo o lado.

Apesar disso, está situada na melhor área do Bairro. Na continuação da Caetano Semedo, depois da escola primária Cinco de Julho. Do outro lado, a rua é melhor: asfalto, pequenos armazéns, uma loja de fotografias e uma capela.

A população de Bandim tenta resolver com optimismo algumas dificuldades. A recolha de lixo é uma delas. Duas vezes por semana eles recolhem o lixo e joga-se à beira da estrada.

O Comité de bairro acha que tudo isso precisa de ser resolvido. O difícil é melhorar as condições materiais sem dinheiro. E o comité não tem verbas, faz o que pode. Promove cursos de alfabetização para crian-

ças e organiza reuniões políticas para divulgar a linha do partido.

Henrique Campos é um dos voluntários que trabalha no comité. Não recebe salário, pertence à brigada político-disciplinar. Passa as suas tardes na sede. Gosta de fazer isso. É encarregado de dar aulas para os meninos que não têm possibilidades de frequentar a escola oficial. Muitos não possuem sequer a certidão necessária para se inscrever num estabelecimento de ensino

### MODIFICAR ESTRUTURA

O Comité tem uma sede pequena. Adobe reboçado, duas portas e chão de cimento. As crianças ocupam o interior. Ficam

nos bancos de madeiras escrevendo com o caderno na mão: existem mesas. Só uma mesa maior, ao lado do quadro negro velho encostado no chão. Henrique sente dificuldades, devido à falta de recursos. Tem 21 anos, muitos irmãos, não consegue lembrar quantos. Devem ser 19. Ele está no segundo ano do ciclo preparatório. Estuda à noite. Volta para casa pelas 23 horas. Vem a pé. Conta que quando há alguma coisa pelo caminho. Acho que é preciso modificar a estrutura do bairro:

— As ruas são muito estreitas, não dão passagem para os carros. Bandim precisa ser desfogado. Precisamos de

luz, de água, de melhores serviços. O lixo que fica disperso pelo bairro, cria uma série de problemas. Transmite sempre doenças. Dos mosquitos, nem é bom falar. Às vezes passo a noite inteira sem dormir.

Muita gente sente a mesma coisa em Bandim. Sábado Sá, 42 anos e mãe de dez filhos, explica como vive. «A minha casa é coberta de palha e tem quatro compartimentos. Num deles, durmo com o meu marido e os restantes são ocupados pelos meus filhos e pela minha nora. Não temos nenhuma espécie de mobílias além de uma cama de ferro e um cesto. Quando não tenho arroz tento resolver da melhor maneira. Procuo outras coisas para cozinhar na lenha».

Sábado Sá já perdeu dois filhos. Morreram como morrem as crianças em Bandim. Falta de higiene, doenças que foram tratadas tarde. Ela não gosta de falar disso, fala de outras dificuldades mais próximas. «O nosso maior problema relaciona-se com a falta de géneros alimentícios, electricidade e água. Muitas vezes adoece alguém e não existem meios de transporte, devido à falta de ruas. Mas o nosso armazém está sempre limpo».

Os moradores de Bandim sabem que é necessário fazer alguma coisa. Lamine é um deles. Alfaiate de 36 anos, mora em Bandim de Cima. A sua casa tem dois apo-



(Continua na pág. 6)

Editorial da Agência Noticiosa da Guiné-Bissau

„Solidariedade de trabalhadores portugueses com o nosso povo,„

Foi o respeito permanente e intransigente da linha ideológica traçada pelo nosso Partido, linha de luta intransigente contra o colonialismo e o imperialismo e de respeito pelos princípios fundamentais da unidade africana e anti-imperialista, que inspirou a confiança das forças progressistas do mundo inteiro no nosso Partido e que garantiu, em última análise, a solidariedade, o prestígio e a ajuda militar, política e económica, financeira e diplomática de que o nosso povo sempre desfrutou e que garantiram a vitória da nossa luta.

A justiça dessa linha ideológica clara e firme foi sempre um facto decisivo de desenvolvimento da nossa luta, assegurando a sua consolidação. Ela ajudou-nos a caracterizar os nossos inimigos mesmo quando eles se apresentaram mascarados e a reconhecer os nossos verdadeiros amigos e companheiros de luta com os quais desenvolvemos laços de solidariedade e de amizade.

Essa linha estratégica, que nos elevou a um grau de maturidade política onde não é possível deixar-se levar pelas soluções fáceis e oportunistas de colaboração ou de concessões ao inimigo, foi traçada baseada no pensamento do nosso imortal líder, camarada Amílcar Cabral, de cujos ensinamentos continuamos ainda a colher os melhores frutos. Na sessão plenária de 5 de Outubro de 1965 da conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas dizia «no nosso inimigo não é o povo português e nem é tão pouco Portugal. Para nós

combatentes da liberdade das colónias portuguesas, o inimigo é o colonialismo português representado pelo Governo colonial-fascista de Portugal».

O que se passou na primeira quinzena do corrente mês com os trabalhadores portugueses dos Cabos de Avila vem provar que o povo português compreendeu perfeitamente a nossa linha de orientação. Esses trabalhadores que se encontravam em greve como forma de luta com vista à conclusão rápida e satisfatória de um novo acordo colectivo de trabalho, ao terem conhecimento, junto da representação diplomática do nosso país em Portugal, da urgência da entrega do material constante de uma encomenda feita à fábrica Diogo de Avila pelo nosso país, à comissão de trabalhadores e os delegados sindicais convocaram uma assembleia geral de trabalhadores a qual decidiu, por grande maioria, fazer seguir a encomenda em causa, abrindo assim uma excepção no programa da luta operária para satisfazer o pedido de um país com cuja luta se sentem solidários.

Esta posição é uma manifestação consequente de solidariedade com o nosso povo e é também uma demonstração profunda da consciência da classe dos trabalhadores dessa fábrica. Ele constituirá, de certeza, um marco importante nas nossas relações com o povo português e no espírito de solidariedade que deve existir na luta comum para a construção, na paz e na independência de um futuro de progresso para os nossos povos.

Onze restaurantes de Bissau sem condições de higiene necessárias

O aspecto dos bares e restaurantes de Bissau vai mudar durante o mês de Setembro. O Serviço de Higiene e Combate às Grandes Endemias já começou a funcionar: depois de uma rápida vistoria aos estabelecimentos concluiu que a maioria não possui condições higiénicas para estar aberto ao público. Quase todos os cafés e restaurantes estão incluídos nessa lista: Pidjiguiti, Portugal, Ronda, Regional, Império, Caravela, Nha Boca Cá Está Lá, Rolinha, Internacional, Pensão Plubá.

As equipas de fiscalização fizeram, uma inspecção geral aos estabelecimentos comerciais e marcaram um prazo para fazer a segunda vistoria. Só em seguida seriam aplicadas multas e outras penalidades. Apesar de conceder essa facilidade aos responsáveis dos bares e hotéis, o Serviço de Higiene foi obrigado a adoptar medidas rigorosas. Por exemplo o café Rolinha, em Santa Luzia, ficou paralisado oito dias devido ao seu estado geral. As duas visitas ao estabelecimento não foram suficientes para modificar os métodos empregados no restaurante: carne coberta com jornais, mesas sem toalhas, copos mal lavados, empregados sem uniforme, cozinheiros com o cabe-

lo solto, teias de aranha em todas as paredes.

Nos outros estabelecimentos comerciais também foram observados vários problemas, mas o Serviço de Higiene não forneceu um relatório tão minucioso. Em quase todos foi possível constatar a falta de higiene generalizada, o descuido na preparação e conservação dos alimentos. No entanto, só em casos graves como o do café Rolinha os estabelecimentos foram encerrados até possuírem condições mínimas de funcionamento. E a maioria havia modificado a aparência na seguida vistoria.

Esta foi a primeira vistoria do Serviço de Higiene aos bares da capital: O órgão encarregado da fiscalização sanitária dos estabelecimentos públicos já existe há algum tempo, mas nunca havia actuado. Desta vez, aceitou uma proposta do Comité de Bairro de 24 de Setembro, que pedia o apoio dos Serviços de Higiene para garantir a limpeza dos locais públicos no mês das comemorações do XX aniversário do PAIGC.

Um dos encarregados da Higiene e Combate às Grandes Endemias, Umaro Djaló, tenta justificar a falta de iniciativa do seu departamento: «Ainda

não temos nenhum grupo formado, nem pessoas especializadas para fiscalizar as condições higiénicas dos bares, restaurantes e hotéis. Estamos impossibilitados de fazer muita coisa: A vistoria nos estabelecimentos foi feita por mim e outros funcionários com a colaboração de um cooperante Cubano».

Para o trabalho de inspecção, os Serviços de Higiene encontraram outros obstáculos difíceis de resolver: a falta de transporte. Por esse motivo só foram visitados os estabelecimentos da cidade. Agora, depois do primeiro impulso, o departamento pretende continuar em acção. Espera verificar duas vezes por mês o funcionamento dos bares e restaurantes mais frequenta-

dos por estrangeiros, como o Pidjiguiti, Grande Hotel, 24 de Setembro e Hotel Portugal. Ao falar sobre esse projecto, Umaro Djaló faz questão de acrescentar:

«Isso não significa que vamos controlar apenas os estabelecimentos mais importantes. Os outros cafés também têm importância, porque são frequentados pela nossa população. É o caso do Bento, Império e Ronda. Os hotéis encontram-se, geralmente, em melhores condições que os cafés, mas existem excepções: Muitas vezes os clientes contribuem muito para a falta de higiene do local. No tropical, por exemplo, deixam as cascas de ostras no chão, não ajudam a manter a limpeza.

Mensagem da JAAC ao C.S.L.

A JAAC Juventude Africana «Amílcar Cabral», tem a honra de saudar todos os camaradas do CSL do nosso grande Partido, o PAIGC, que se reúne pela primeira vez depois da libertação completa dos nossos dois estados da Guiné e Cabo Verde.

Todos os jovens militantes da JAAC sabem que foram estes camaradas que são agora do Conselho Superior da Luta do PAIGC, dirigidos pelo nosso saudoso líder, camarada Amílcar Cabral, que quando jovens mobilizaram todo o povo para a grande epopeia, da gloriosa Luta de Libertação Nacional, que derrotaram o colonialismo português e que hoje à frente do nosso Partido e Estado, orientam o

desenvolvimento da nossa terra, na Guiné e Cabo Verde.

Neste dia de mais uma grande vitória do nosso grande Partido, todos os militantes da JAAC que rem reafirmar ao Conselho Superior da Luta, que a nossa organização defenderá sempre e em todas as situações a linha política e os princípios do PAIGC. Que colocará com todas as organizações de massa do nosso Partido na criação de um Homem Novo, segundo o modelo idealizado por Cabral. E que trabalhará com todas as suas forças e desinteressadamente em todas as frentes de luta, na obra imensa de Reconstrução Nacional da nossa terra, na Paz, no Progresso e na Felicidade de todo o nosso povo na Guiné e Cabo Verde.

NO PINTCHA

Trisemanário do Commissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados. Serviço Informação das Agências; AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina. Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil. Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726 Assinaturas — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde Um ano ... 400,00 Seis meses ... 250,00 Outros Países Africanos e Portugal. Um ano ... 500,00 Seis meses ... 300,00 Serviços de Distribuição e Vendas do «NO PINTCHA» — Caixa Postal, 154. BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Higiene — Rua António N'Bana, telef. 2520 AMANHÃ — Moderna — Rua 12 de Setembro, telef. 2702

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867 Bombeiros — 2222 POLÍCIA: 1.ª Esquadra — 3333 ÷ 2.ª Esquadra — 3444 CORREIOS: — Informações 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto 3001/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 3002 — Air Argelie 3775/7

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

Águas e Electricidade 2411 — (das 7 h. às 17 h.) Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16 h. às 24 h.) Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

TERÇA-FEIRA — Primeiro período de emissão

5h 55min. — Abertura; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10 min — Programa em Manjaco; 7h — Noticiário/Português e Crioulo; — Actualidades Sonoras (repetição); 8h — Encerramento.

Segundo período de emissão

11h 55min — Abertura; 12h — Canções Fula; 12h 20min — Seleção Musical; 13h — Música Crioula; 13h 15min — Noticiário/Português e Crioulo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a sua Obra/Crioulo; 13h 45 min — Programa da JAAC; 15h — Encerramento.

Terceiro período de emissão

16h 55 min — Abertura; 17h — Noticiário/Português Crioulo e Línguas 18h 45 min — Agenda do dia; 19h — Dus corpo um corsón; 20h — Noticiário/Português e Crioulo; 20h 30min — Prevenção Rodoviária/Português; 21h — Actualidades Sonoras 22h — Na mundo di disporto; 23h — Tempos Novos; 24h — Encerramento.

QUARTA-FEIRA — Primeiro período de emissão

5h 55min — Abertura; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em biáfada; 7h — Noticiário/Português e Crioulo; — Actualidades Sonoras (repetição); 8h — Encerramento.

Segundo período de emissão

11h, 55min. — Abertura; — 12h. — Canções em Papel; 12h 20min — Seleção Musical; 13h — Música Crioula; 13h 15min — Noticiário/Português e Crioulo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a sua obra (Português); 13h 45 min — Ano um de organização; 15h — Encerramento.

Terceiro período de emissão

16h 55min — Abertura; 17h — Noticiário/Português e Crioulo; 18h 45 min — Agenda do dia; 19h — Anos i nô saúde; 20h — Noticiário/Português e Crioulo; 20h 30min — Elevemos o nível dos nossos conhecimentos; 21h — Actualidades Sonoras; 22h — Falá di África; 23h — Tempos Novos; 24h — Encerramento.

CINEMA

HOJE — As 18h 30min. «Um certo verão», realização de Claude Wapahan com David Essex, Rosemary Leach, Ringo Star e Billy Sury — m/13 anos. As 20h 45min. «A vingança de Espartacus», realização de Michele L. com Rogers Browne, Scilla Gabel, Giacomo Rossi e Gordon Mitchell — m/12 anos.

AMANHÃ — As 20h 45min. «A vingança de Espartacus», uma realização de Michelle L. com Rogers Browne, Scilla Gabel, Giacomo Rossi e Gordon Mitchell — m/12 anos.

Bairros de Bissau

(Continuação das centrais)

sentos pequenos e o chão é todo esburacado. O teto sem forro, o calor imenso. Divide a casa com um amigo.

Lamine costura numa máquina alugada, modelo antigo, marca Yout. Fala calmamente, um pouco sério, como se não fosse nada com ele. Mostra o anel de cobre que tem na mão direita e o relógio com pulseira de plástico:

— Pago 500 pesos pelo aluguer da casa, mas não

tem condições. São só estes cómodos sem janelas e não temos casa de banho. Estou aqui provisoriamente, logo que encontrar uma casa melhor mudo para lá. Só uma vez fui a uma reunião do comité de bairro».

Todas as manhãs, a Feira do Caracol funciona no mesmo ritmo. Em Bandim é assim. Pouca coisa muda durante a semana, as pessoas já sabem.

**Chissano em Varsovia**

VARSOVIA (AFP) — Henryk Jablonski, Presidente do Conselho de Estado polaco, recebeu na segunda-feira, em Varsóvia, Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique e Presidente do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA).

Segundo a agência polaca de Imprensa, que difundiu a informação, Chissano expôs ao seu interlocutor «a situação actual que prevalece na África do Sul», assim como «a actividade dos movimentos de libertação nacional na sua luta contra o colonialismo».

Pelo seu lado, Jablonski assegurou ao seu hóspede que «a Polónia continuará a conceder a sua ajuda à luta dos movimentos de libertação nacional» e que ela se oporá firmemente às forças que entravam o acesso à independência dos países e dos povos coloniais».

Chissano chegou no domingo à capital polaca, chefiando uma delegação do governo de Moçambique e da OUA, para uma visita oficial de vários dias.

**DELEGADO DO GOVERNO BRITÂNICO EM MAPUTO**

O secretário britânico do «Foreign Office» e da Commonwealth, Ted Rowlands, partiu na segunda-feira de manhã com destino a Maputo, onde terá conversações com Samora Machel.

**Grupo africano pede ao Conselho de Segurança: Sanções contra a África do Sul até à exclusão das Nações Unidas**

NAÇÕES UNIDAS — Nova York (AFP) — O Presidente do grupo africano, Henri Rasolondraibe (Madagáscar), reclamou na terça-feira diante do Conselho de Segurança, sanções contra a África do Sul, que iriam até à exclusão deste país das Nações Unidas. Rasolondraibe apresentava a tese do grupo africano sobre o problema da Namíbia.

O conselho de Segurança reuniu-se rapidamente para examinar a questão da Namíbia e remeter, a seguir as suas deliberações para 23 de Setembro.

O exame de fundo da questão desenrolar-se-á, então, com a participação dos ministros dos Negócios Estrangeiros africanos, que estarão presentes em Nova York para a abertura da As-

sembleia Geral da ONU. A sessão de 31 de Agosto apresentou o fim do prazo fixado pelo Conselho, numa resolução de 30 Janeiro último, à África do Sul, para anunciar os planos viáveis para a autodeterminação e independência da Namíbia.

Único orador na sessão do Conselho de Segurança sobre a Namíbia, Henri Rasolondraibe pediu uma política de sanções, indo até à exclusão da ONU, contra o regime de Pretória no contexto da questão namibiana como nas questões da Rodésia e do «apartheid».

«Do parecer do grupo africano, pertencer a uma organização, supõe que se empenhe em respeitar as regras. Desde que um membro as viole de maneira flagrante e

repetida, não há outra alternativa senão a de tomar contra ele sanções apropriadas podendo ir até à exclusão, a menos que a organização em questão se negue a ela própria e assuma a sua inutilidade», disse.

As sanções testemunharão, assim, a solidariedade dos estados membros com os namibianos, e poderão contribuir, em certa medida, para apressar o termo dos actos incriminados. Segundo ele, estas poderiam ser mais eficazes do que as editadas contra a Rodésia, porque a eficácia destas últimas foi prejudicado seriamente pela cooperação criminosa entre Vorster e Ian Smith.

**NAMÍBIA UNIDADE E INTEGRIDADE**

Evocando as propostas transmitidas pela «conferência constitucional africana» sobre o futuro da Namíbia, o representante de Madagáscar declarou que só a organização de eleições livres sob a supervisão e controle da ONU, que não é mencionada nessas propostas, pode realizar os objectivos da autodeterminação e de independência da Namíbia e a sua unidade nacional e a sua integridade territorial. «O regime sul-africano deve ser obrigado a abandonar a fórmula actualmente proposta que, na melhor das hipóteses, não assegurará ao povo namibiano mais do que uma representação duvidosa na futura entidade que dirigirá o país».

**A SWAPO aceita negociar transferência do poder na Namíbia**

WINDHOEK (AFP) — A Swapo (Organização dos Povos do Sudoeste Africano) aceitaria a convocação de uma «conferência de Genebra» com a África do Sul, sob os auspícios das Nações Unidas, para tratar da transferência do poder na Namíbia, de Pretória a Windhoek.

Os dirigentes do ramo interno da Swapo precisaram na segunda-feira

durante uma conferência de Imprensa, realizada em Windhoek, capital da Namíbia, que uma tal conferência poderia realizar-se «desde que tenha criada uma atmosfera favorável». O que quer dizer, precisaram, que as condições postas pela Swapo em particular a retirada das forças sul-africanas da Namíbia sejam respeitadas».

Não excluíram, toda-

via — sem desejar imediatamente — a eventualidade de uma intervenção de uma «força - tampão» da ONU no norte da Namíbia, na fronteira angolana. Rumores respeitantes a uma tal intervenção, depois da expiração do ultimato da ONU a 31 de Agosto, circularam com insistência durante o fim de semana, em Windhoek.

Daniel Tjongarero,

porta-voz da Swapo, reafirmou a opção pacífica do ramo interior da Swapo, mas acrescentou que poderia aderir um dia à via armada escolhida pelo ramo exterior, que leva a cabo uma guerrilha a partir do sul angolano e zambiano.

Tjongarero qualificou, por outro lado, de «neo-colonialistas» as propostas da conferência de Windhoek.

**Angola — Programa das Nações Unidas para o auxílio a refugiados**

GENEBRA (AFP) — O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, príncipe Sadruddin Aga Khan, lançou na segunda-feira um apelo, com vista a obter 48 mil toneladas de víveres e 32,5 milhões de dólares em espécies, para um milhão de pessoas deslocadas e repatriadas de Angola.

Este apelo dá seguimento, indica o Alto Comissário, à decisão do secretário-geral anunciada na semana passada, de nomear o Alto-Comissário Coordenador da Assistência Humanitária das Nações Unidas em Angola, e ao relatório de Davidson Nicol, secretário-geral adjunto, que visitou Angola de 28 de Junho a 18 de Julho.

O programa, que será posto em obra permitirá, segundo o HCR, ajudar os refugiados que estavam no estrangeiro antes da independência e que foram agora repatriados; os que continuam no estrangeiro e os que vão voltar num futuro próximo, assim como centenas de milhares de pessoas que foram deslocadas mesmo no interior do país, o HCR considera que durante os próximos 12 meses,

cerca de um milhão de pessoas, pertencentes a uma ou outra destas categorias, terão necessidade urgente da assistência humanitária.

Entretanto, uma delegação da Federação Sindical Mundial (FSM), chefiada pelo seu presidente, Enrique Pastorino, deixou a República Popular de Angola após uma visita de vários dias. No final da visita efectuada, em resposta a um convite da União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA), foi publicado, na terça-feira, um comunicado comum que reafirma, em nome dos seus 160 milhões de aderentes, a solidariedade contínua da FSM com os trabalhadores da RPA.

O comunicado sublinha: «A vitória alcançada pelo povo angolano sobre o imperialismo e a reacção, constitui uma importante contribuição na luta de todos os povos, pela paz, independência nacional, liberdade, prosperidade e progresso social». Aprecia o papel desempenhado pelos sindicalistas angolanos no quadro da solidariedade internacional nomeadamente com os povos da África

do Sul, assim como a sua contribuição para a unidade africana. O presidente da Federação Sindical Mundial convidou o secretário-geral da UNTA, Aristides Van Dunem, a visitar a sede da FSM, em Praga.

**ACORDOS ANGOLA-R.D.A.**

Foram assinados, em Luanda, vários acordos entre a NPA e a República Democrática Alemã, no domínio da saúde pública.

Mário Afonso de Almeida, ministro da Saúde Pública angolano, declarou, durante a cerimónia de assinatura, que estes acordos eram uma nova manifestação de solidariedade e de cooperação entre os dois países.

**RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A NORUEGA**

A República Popular de Angola e a Noruega decidiram o estabelecimento imediato de relações diplomáticas a partir de 30 de Agosto, anunciou na segunda-feira um comunicado do Ministério angolano dos Ne-

gócios Estrangeiros.

Segundo o comunicado, esta decisão dá seguimento ao telegrama de 18 de Fevereiro de 1976, no qual, recorda-se, a Noruega reconhecia o governo da RPA.

**RELAÇÕES ANGOLA-PORTUGAL**

LISBOA (AFP) — António Macedo, presidente do Partido Socialista Português, actualmente em visita a Luanda para tentar obter o restabelecimento das relações diplomáticas entre Angola e Portugal, declarou na terça-feira que tinha esperanças que as conversações que tinha tido com os responsáveis angolanos desembocariam em «resultados concretos e positivos».

António Macedo teve conversações com o Presidente da RPA, Agostinho Neto, e vários membros do governo angolano e do MPLA. Declarou-se satisfeito do clima em que decorreram essas conversações, que deram lugar a um exame do contencioso existente entre os dois países.

**OUA Luta armada unico meio de libertação da Africa Austral**

LUSAKA (TASS) — A Organização da Unidade Africana (OUA) preconiza a libertação mais rápida dos povos da África Austral do jugo colonial.

Ao falar na capital zambiana, o secretário-geral da OUA, William Eteki M'Boumoua, disse que devido à maioria africana do Zimbábue e da Namíbia, a luta armada torna-se o único meio de libertação dos povos desses países do jugo colonial.

**Sahara Comunicado da Polisario**

ARGEL (AFP) — A Frente Polisário anunciou na segunda-feira que os combatentes abateram, na semana passada, um avião «F.5» do exército marroquino e afundaram no porto de El Ayoun, um navio espanhol carregado de material de guerra. Segundo o comunicado da Polisário, publicado em Argel, o avião marroquino foi abatido a 24 de Agosto, a nordeste de Tifriti, no Sahara Ocidental. Quanto ao navio de bandeira espanhola, foi afundado à entrada do porto de El Ayoun, depois de ter sido atingido por roquetes que o incendiaram, precisava a Polisário. Estava carregado de armas destinadas ao exército marroquino instalado no Sahara Ocidental. «Não obstante todos os meios postos de que se serviram as forças de ocupação para salvar as armas e as munições transportadas pelo barco, este afundou-se com todo o carregamento».

**África do Sul africanos torturados**

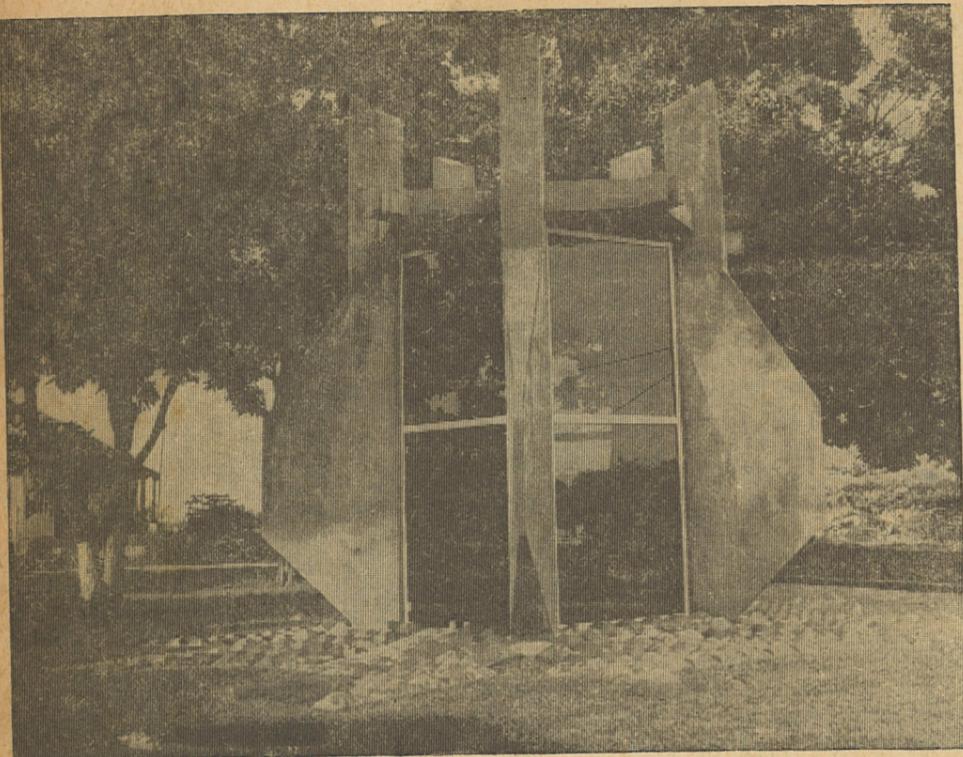
LONDRES (AFP) — A organização «Amnesty International» pediu ao governo da África do Sul para autorizar uma comissão internacional a investigar as alegações, segundo as quais africanos teriam sido torturados pelas forças sul-africanas no norte da Namíbia. Numa mensagem enviada na segunda-feira a Vorster, primeiro ministro da África do Sul, a «Amnesty International» reclama a abertura imediata de um inquérito sobre essas acusações. Um antigo membro do exército sul-africano, Bill Anderson, acusou, de facto, em duas entrevistas concedidas a «Guardian» e à BBC, as forças sul-africanas de terem torturado africanos capturados entre Maio e Julho último, no norte da Namíbia.

**Novo encontro Vorster - Kissinger**

PRETÓRIA (AFP) — O próximo encontro entre o primeiro-ministro da África do Sul, Vorster com o secretário de Estado americano, Henry Kissinger, realizar-se-á entre o fim de Maio e o início de Junho próximo em Zurique (Suíça), anunciou na segunda-feira à tarde um comunicado do Ministério sul-africano dos Negócios Estrangeiros. O comunicado precisa que este novo encontro dará seguimento às primeiras conversações Vorster-Kissinger que tiveram lugar a 22 de Junho último, nas pequenas localidades bávaras de Bodelmais e Grafenau.

**A população abandona a Rodésia**

SALISBÚRIA (AFP) — A população branca da Rodésia está a diminuir, segundo os números oficiais publicados na segunda-feira em Salisbúria. Segundo essas estatísticas, que dizem respeito ao mês de Julho, 1330 brancos deixaram o país contra os 484 emigrantes, o que provoca uma perda de 846 brancos, o número mais importante registado desde 1966. As populações asiática e mestiça têm igualmente tendência a emigrar. Para o ano de 1976, o saldo migratório negativo foi de 3130 pessoas, enquanto que durante o mesmo período em 1975, tinha tido um saldo migratório positivo de 1790 pessoas. Um porta-voz do governo exprimiu recentemente a inquietação de Salisbúria em relação a estas saídas.



O mausoleu na Amura onde repousará provisoriamente o camarada Amílcar Cabral, fundador e militante número um do PAIGC.

## Mensagem de Aristides Pereira ao povo da Guiné e Cabo Verde

### Amílcar Cabral na nossa terra livre

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA)

Hoje dia dois de Setembro, o nosso povo viverá pois, mais um dia glorioso. Todos nós sabemos muito bem que o regresso dos restos mortais do camarada Amílcar Cabral, só é possível porque o nosso povo venceu. Porque os militantes do PAIGC tiveram determinação bastante para não soçobramos debaixo do golpe brutal e traiçoeiro que o inimigo nos desferiu com o vil assassinato do primeiro dirigente da nossa luta. Porque, como contávamos nas regiões libertadas e nas frentes de combate, tivemos forças e coragem bastante para trazer e implantar em Bissau a bandeira do PAIGC.

Hoje dia dois de Setembro, não será pois um dia de luto nacional, mas um dia vitória do nosso combate. Dois de Setembro será, isso sim, o dia da nossa vitória maior. O dia em que a nossa cidade de Bissau, e através dela toda a Guiné e Cabo Verde, receberão triunfalmente o dirigente infatigável, combatente indestrutível e vitorioso, aquele que, político e estratega genial, derrotou e liquidou os generais das academias colonialistas, sobrevivendo aos seus próprios assassinos.

Vamos pois, camaradas, viver hoje, dois de Setembro, mais um momento alto do triunfo da nossa luta e do PAIGC de Amílcar Cabral. Cada um de nós, ao recolher na homenagem que o nosso povo deve ao seu guia imortal na nossa terra livre totalmente livre sentirá mais nítida a grandeza do homem e a imensidade da sua alma.

Glória eterna aos heróis e mártires da nossa gloriosa luta de libertação nacional!  
Glória eterna a Amílcar Cabral!

Viva o PAIGC, Força, Luz e Guia do nosso povo na Guiné e Cabo Verde!

## Contactos - JAAC - Juventude Revolucionária da Guiné

O secretário-geral do Movimento de Pioneiros da Juventude Revolucionária Africana esteve em Bissau. Ahmadou Sy, que pertence ao Comité Nacional da única organização de jovens da Guiné-Conakry, veio para conversar com os responsáveis da JAAC e discutir os problemas da juventude nos dois países. Chico Bá e o dirigente da República da Guiné devem estudar a possibilidade de futuros acordos de cooperação.

Ahadou Sy deslocou-se também a Cabo Verde com o mesmo objectivo. Pretende trocar experiências sobre os órgãos de mobilização da juventude e preparar antecipadamente alguns aspectos que serão analisados na Conferência Cultural Pan-Africana, marcada para o mês de Setembro, em Argel. Essa conferência será presidida pelo Movimento Pan Africana da Juventude e deverá preparar o Festival Afri-

cano que será realizado em Lagos, na Nigéria.

A Juventude Revolucionária Africana foi criada em 26 de Março de 1959 e está directamente ligada ao Partido Democrático da Guiné — PDG. É composta por pessoas dos 7 aos 35 anos, divididas em dois grupos: Movimento Nacional dos Pioneiros, que inclui uma faixa etária dos 7 aos 18 anos e as Milícias Populares, a partir dos 18 anos.

## Mensagem de Luiz Cabral ao presidente Vietnamita

O camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado do nosso país enviou ao camarada Ton Duc Thang, Presidente da República Socialista do Vietname, por ocasião da festa nacional vietnamita, o seguinte telegrama:

«Quando o povo irmão vietnamita celebra na total paz a festa nacional, é com um grande sentimento de orgulho que, em nome do nosso povo, da Direcção Nacional do PAIGC e do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, temos a honra de endereçar-vos, assim como ao povo irmão e amigo vietnamita, ao seu Partido e Go-

## CONSELHO SUPERIOR DA LUTA

Terminou anteontem dia 31 à noite, a reunião do Conselho Superior da Luta do PAIGC. A reunião decorreu do dia 27 a 31 de Agosto, em Bissau na Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau. O assunto principal daquela reunião que ocupou os membros do organismo dirigente máximo do nosso Partido durante cinco dias, foi a nova fase da luta em que entramos com a libertação total das nossas terras da Guiné e Cabo Verde, e bem como a análise das actividades do PAIGC neste primeiro ano da independência completa das nossas duas pátrias. A resolução final da reunião será publicada no próximo número de «Nô Pintcha».

Na última sessão foram debatidos os relatórios de Defesa, das FARP, Segurança e Ordem Pública, apresentados na sessão anterior. Nele intervieram os camaradas Francisco Mendes (Chico Té), Júlio de Carvalho (Julinho), Manuel Na'Digna, Umaro Djaló, Bernardo Sanca, Victor Saúde Maria e Armando Ramos. Igualmente foram discutidas as eleições da Assembleia Nacional Popular e o candidato à Presidência do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau e falaram sobre esse tema os camaradas Vasco Cabral, João Bernardo Vieira (Nino), José Araújo, Pedro Pires, Vasco Salvador Correia e José Eduardo Barbosa tendo igualmente discutido a criação do Conselho Nacional de Cultura e uma proposta de amnistia.

## Libano reúnio da Liga Árabe

CAIRO (AFP) — A reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros árabes, que devia ter-se realizado ontem, foi adiada para o próximo sábado, anunciou-se na sede da Liga-Árabe, no Cairo. O adiamento da reunião, indica-se, foi decidida a pedido de um certo número de países árabes. Os ministros árabes dos Negócios Estrangeiros, recorda-se, foram convidados a reunir para fixar a data e o lugar de uma conferência cimeira, cuja realização foi aprovada até à data por 12 países e pela Organização de Libertação da Palestina, a fim de examinar a situação no Líbano. Devido ao adiamento da reunião dos chefes da diplomacia árabe, a realização da sessão ordinária da Liga Árabe foi igualmente transferida. Terá lugar na próxima segunda-feira.

## Holanda demissão do príncipe

O príncipe Berhardt da Holanda demitiu-se de todas as suas funções, compreendendo a de chefe-geral do exército. O primeiro-ministro, Joop Den Uyl, anunciou-o oficialmente perante a Câmara dos Deputados holandeses, imediatamente após a publicação do relatório de inquérito da comissão sobre o escândalo financeiro da «Lockheed». Mas o próprio primeiro-ministro pediu à rainha Juliana da Holanda para não dar seguimento às suas ameaças de abdicação, e para «continuar a reinar».

## Bangla Desh denuncia terror na RSA

DACCA (TASS) — O Presidente do Bangla Desh, A. M. Sayem, denunciou o terror e a repressão de que é vítima a população autóctone por parte do regime racista da RSA. Em mensagens enviadas à Organização da Unidade Africana (OUA), aos presidentes de Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, sublinha que o povo de Bangla Desh está indignado com os assassinatos de africanos, e se solidariza com os povos do Zimbabwe, Namíbia e da RSA na sua luta heróica contra as forças do imperialismo, racismo e da exploração.